



**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
(EAD)**

VOLUME I

TERESINA – PI

2021

SUMÁRIO

1 DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ – UNIFAPI.....	2
1.1 Breve Histórico da Mantenedora.....	2
1.2 Breve Histórico da Mantida.....	2
1.3 Missão.....	3
1.4 Visão.....	4
1.5 Valores.....	4
1.6 Vocação.....	6
1.7 Objetivos.....	7
1.8 Educação à distância no Brasil.....	8
1.8.1 Educação à Distância no UNIFAPI.....	10
1.9 Metodologia de ensino e aprendizagem.....	11
1.10 Estrutura Organizacional do UNIFAPI.....	13
1.11 Equipe Multidisciplinar.....	14
1.12 Apoio didático-pedagógico à equipe multidisciplinar.....	15
1.13 Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	16
1.13.1 Etapa de preparação.....	17
1.13.2 Etapa de Desenvolvimento.....	17
1.13.3 Etapa de Consolidação.....	17
1.14 Atividades acadêmicas articuladas com a formação – pesquisa e extensão.....	20
1.15 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso.....	21
1.16 Políticas de Ensino.....	21
1.17 Políticas de Educação à Distância.....	25
1.18 Políticas de investigação científica, tecnológica, artística e cultural.....	27
1.19 Procedimentos para estímulo à produção acadêmica.....	28
1.20 Políticas de extensão.....	29
1.21 Políticas de Pós-Graduação.....	31
1.22 Políticas de inclusão social.....	34
1.23 Políticas de ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.....	36
1.24 Políticas de responsabilidade social.....	39
1.25 Políticas de diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e de patrimônio cultural.....	40
1.26 Políticas de educação ambiental e de desenvolvimento nacional sustentável.....	41
1.27 Políticas de desenvolvimento econômico e social.....	43
1.28 Política de comunicação institucional.....	44
1.28.1 Público interno.....	46
1.28.2 Alunos.....	46
1.28.3 Comunidade.....	47
1.28.4 Comunicação com a sociedade.....	48
1.28.4.1 Serviço de Ouvidoria.....	49

1.28.4.2	Procedimentos de recepção de sugestões e de resposta.....	50
1.28.4.3	Mecanismos de comunicação e sistemas de informação utilizados pelas coordenações de cursos.....	50
1.28.4.4	Relação de meios e canais de comunicação externa, estratégias e recursos de comunicação.....	50
1.29	Sistema de comunicação.....	51
1.30	Apoio ao discente.....	51
2	DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO.....	53
2.1	Denominação do curso.....	53
2.2	Modalidade.....	53
2.3	Local de oferta.....	53
2.4	Formas de ingresso.....	53
2.5	Regime de matrícula.....	54
2.6	Turnos de funcionamento.....	54
2.7	Duração do curso.....	54
2.8	Número de vagas.....	54
2.9	Relevância social do curso.....	54
2.10	Metas do Plano Nacional de Educação (PNE).....	57
2.11	Demanda nacional do curso.....	59
2.12	Histórico do curso.....	63
2.13	Concepção de educação e currículo do processo de ensino- aprendizagem.....	64
2.14	O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do UNIFAPI.....	66
2.15	Objetivo do Curso.....	69
2.16	O curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.....	69
2.17	O curso e as políticas de educação ambiental.....	70
2.18	O curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.....	71
2.19	Perfil profissional do egresso.....	71
2.20	Mercado de trabalho.....	74
2.21	Estrutura curricular.....	75
2.22	Matriz curricular.....	82
2.23	Disciplinas Optativas.....	85
2.24	Disciplinas de nivelamento.....	85
2.25	Atividades complementares.....	86
2.25.1	Objetivos.....	87
2.26	Estudos disciplinares (ED).....	89
2.27	Concepção de avaliação.....	89
2.28	Gestão acadêmico-administrativa e os processos de avaliação (CPA/Enade).....	92
2.29	Atividades da Tutoria.....	94

2.29.1	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.....	98
2.29.2	Capacitação de Tutores.....	98
2.30	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).....	101
2.30.1	Moodle.....	101
2.31	Material Didático.....	102
2.31.1	Livro-texto.....	102
2.31.2	Materiais didáticos da disciplina.....	104
2.31.3	Teleaulas.....	105
2.31.4	Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.....	105
2.31.5	Gestão acadêmico-administrativa.....	107
3	CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	107
3.1	Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	107
3.2	Equipe multidisciplinar.....	108
3.3	Formação acadêmica e profissional.....	110
3.4	Regime de trabalho.....	111
3.5	Coordenador do curso.....	111
3.6	Administração acadêmica – colegiado de curso.....	112
3.7	Composição e funcionamento do Colegiado de Curso.....	112
3.8	Apoio didático pedagógico aos docentes.....	114
4	DOS RECURSOS E INFRAESTRUTURA.....	114
4.1	Instalações Físicas da Sede.....	114
4.1.1	Gabinetes de trabalho para professores de tempo integral.....	115
4.1.2	Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos.....	115
4.1.3	Sala de professores.....	116
4.1.4	Salas de Aula.....	116
4.1.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.....	116
4.1.6	Infraestrutura de acesso para portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.....	117
4.1.6.1	Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.....	117
4.1.7	Biblioteca.....	118
4.2	Polos de apoio presencial.....	119
4.3	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).....	123
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
6	REFERÊNCIAS.....	126

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata da apresentação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, na modalidade EaD, do Centro Universitário do Piauí – UNIFAPI, elaborado pelo NDE do curso em 2021. Além da Matriz Curricular Obrigatória, este documento apresenta o perfil, competências e habilidades e área de atuação do egresso do curso.

Considerando o contexto institucional e o cenário nacional, o Projeto Pedagógico do Curso – PPC foi concebido visando o atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao ENADE, ao Relatório da CPA, em consenso com Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado Superior da IES. O documento segue estritamente os parâmetros previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Regimento Geral do UNIFAPI.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos privilegia a formação profissional e sua qualidade nas relações humanas, respondendo às demandas imediatas do nosso tempo e antecipando o futuro, acompanhando a evolução dos acontecimentos e as necessidades sociais neste século, por meio da interdisciplinaridade, conforme previsto na organização curricular, da aproximação da teoria e prática e da atenção dada ao caráter globalizado do Centro Universitário e à diversidade característica da localização de cada polo.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do UNIFAPI está em constante atualização, visa dar oportunidade aos seus egressos, por meio de condições plenas de estudo e práticas profissionalizantes, a fim de que se formem em conformidade com o perfil desejado, adquirindo competências e habilidades que possibilitem o sucesso na vida pessoal e profissional.

1 DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ – UNIFAPI

1.1 Breve Histórico da Mantenedora

A **Associação de Ensino Superior do Piauí – AESPI**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Walfran Batista, 91, São Cristóvão, Teresina, Estado do Piauí, Cadastrada no CNPJ sob o nº 11.648.433/0001-74, era uma entidade mantenedora sem fins lucrativos até o ano de 2017.

A partir de janeiro de 2018, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da AESPI, de associação sem fins lucrativos para Sociedade Simples Limitada sob a denominação de **AESPI Ensino Superior do Piauí S/S Ltda.**, cuja ata encontra-se registrada no Cartório do 6º Ofício de Notas de Teresina/PI, sob nº 6565 e nº6566, de 30 de janeiro de 2018, com manutenção do mesmo CNPJ nº 11.648.433/0001-74.

Em 23 de outubro de 2018, após registro na JUCEPI, sob NIRE nº 22900189876, ocorreu a transformação do tipo societário para **AESPI Ensino Superior do Piauí Ltda.**, permanecendo o mesmo CNPJ nº 11.648.433/0001-74.

Com a transformação, a AESPI passou à categoria administrativa de mantenedora com fins lucrativos. A SERES/MEC já efetuou a alteração no cadastro do sistema e-MEC.

1.2 Breve Histórico da Mantida

A **Faculdade do Piauí – FAPI**, instituição de ensino superior com atuação no município de Teresina, Estado do Piauí, ora denominada **Centro Universitário do Piauí – UNIFAPI**, conforme Resolução CONSUNI nº003 de 18/02/2020, foi credenciada como **Centro Universitário do Piauí** pela Portaria nº 2.007, publicada no DOU em 20/11/2019.

Até agosto de 2019, a **FAPI** era mantida pela **ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.**, sociedade empresária limitada, registrada na JUCESP sob NIRE

nº3523113603-9. Após a transferência de mantença, a **FAPI** passou a ser mantida pela **AESPI Ensino Superior do Piauí Ltda.**

Com endereço de funcionamento situado na Rua Walfran Batista, 91, Bairro São Cristóvão, em Teresina, Estado do Piauí, o **UNIFAPI** oferece os seguintes cursos:

Administração, reconhecido pela Portaria nº 949, publicada no DOU em 31/08/2021; **Ciências Contábeis**, reconhecido pela Portaria nº 949, publicada no DOU em 31/08/2021; **Ciência da Computação**, reconhecido pela Portaria nº 916, publicada no DOU em 28/12/18, **Comunicação Social**, reconhecido pela Portaria nº 949, publicada no DOU em 31/08/2021, **Direito**, reconhecidos pela Portaria nº 62, publicada no DOU em 28/03/16, **Enfermagem**, reconhecido pela Portaria nº 947, publicada no DOU em 31/08/21; **Engenharia Civil**, autorizado pela portaria nº 702, publicada no DOU em 05/10/15; **Engenharia da Computação**, autorizado pela Resolução CONSUNI nº 003, de 27/11/19; **Engenharia de Produção**, reconhecido pela portaria nº 20, publicada no DOU em 15/01/21, **Fisioterapia**, reconhecido pela portaria nº 109, publicada no DOU em 05/02/2021, **Pedagogia**, reconhecido pela Portaria nº 772, publicada no DOU em 30/10/18, **Serviço Social**, reconhecido pela Portaria nº 652, publicada no DOU em 30/06/17. Também são oferecidos **Cursos Superiores de Tecnologia em Design Gráfico; Gestão de Serviços Jurídicos, Notariais e de Registro, Gestão Pública, Negócios Imobiliários, Processos Gerenciais e Redes de Computadores**, criados pela Resolução CONSUNI nº 003 de 27/11/19 e **Logística**, autorizado pela Portaria nº 602, publicada no DOU em 30/10/14.

O pedido de reconhecimento do curso de graduação em **Engenharia Civil** encontra-se em tramitação junto à SERES/MEC.

Além disso, com fundamento no Decreto nº 9.057/2017 e na Portaria Normativa nº 11/2017, o **UNIFAPI** solicitou o **Credenciamento em Educação a Distância** pretendendo implantar 90 polos até 2024, além de novos cursos, no intuito de corresponder às expectativas locais e consolidar e expandir essa tão importante modalidade de ensino no contexto atual.

1.3 Missão

Em consonância com o PDI, o Centro Universitário do Piauí – UNIFAPI tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação.

1.4 Visão

Consolidar-se em seus locais de atuação como instituição privada de Educação Superior de qualidade, inclusiva e articulada com a comunidade.

1.5 Valores

Equidade e justiça social; ética; educação como bem público de qualidade; formação crítica e cidadã; gestão democrática; promoção da inclusão; inovação; transformação econômica e socioambiental.

Para alcançar estes objetivos, o UNIFAPI promove a educação superior integrando a investigação científica e a extensão, visando à formação de profissionais empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica de Teresina e de suas demais regiões de atuação.

Seu dever é orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do ensino e com ela a formação de sujeitos responsáveis, comprometidos com o seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade.

Para tanto, partilha dessa responsabilidade com os ingressantes, os egressos e com as organizações locais. Nesse sentido, o Centro Universitário objetiva ser *locus* de referência em Teresina e nos municípios em que atua, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e participar da inserção dos egressos no mercado de trabalho.

O UNIFAPI entende que na interação dinâmica com a sociedade, em geral, e com o mercado de trabalho, em particular, define os seus campos de atuação acadêmica presentes e futuros.

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de profissionais e para o processo de desenvolvimento da sociedade, o UNIFAPI pretende produzi-lo articulando o ensino com a investigação científica a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, buscando compreender melhor e mais profundamente a realidade que seu egresso irá contribuir para transformar. Neste sentido, o UNIFAPI tem como diretriz uma formação que combina e equilibra o desenvolvimento técnico e humanístico e que promove a visão sistêmica do estudante.

Não obstante, o processo de formação do profissional deve abranger uma série de compromissos com a realidade social enquanto sujeito partícipe de sua construção qualitativa, ao mesmo tempo em que assumirá o exercício profissional na direção da resolução dos problemas locais e regionais.

Para realizar essa missão, o Centro Universitário também parte da necessidade de que enquanto agente promotor de educação superior deve ser possuidor de uma política de graduação rigorosa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação.

No âmbito dos cursos superiores oferecidos, serão desenvolvidas ações que têm como eixo estruturante a busca de soluções complementares para pessoas com deficiência da fala, audição e/ou outras correlatas – assim como ocorre nos cursos de pós-graduação lato sensu.

Desta maneira, o UNIFAPI caracteriza-se como uma instituição vocacionada para a formação de profissionais capacitados para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência na sociedade. Sua atuação destaca-se principalmente no campo da comunicação humana, mediante ações de integração, desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu oferecidos, presenciais ou a distância.

Com um olhar voltado para as demandas apresentadas pela comunidade em que está inserido, consubstanciado pelos relatórios da CPA, implementa diversas

atividades voltadas ao público externo e interno por meio de ações extensionistas. A extensão comunitária, para além do cumprimento da missão institucional e atendimento aos preceitos, se apresenta como *locus* estratégico e inovador de ensino e aprendizagem dentro de um processo organizado, coordenado e efetivo, de aplicação prática dos conhecimentos produzidos e sistematizados no ambiente universitário, integrando ação social e de sustentabilidade entre a IES e a sociedade.

No UNIFAPI a extensão está articulada com o ensino e a investigação científica sob a forma de atividades permanentes em projetos, nos quais são oferecidos os seguintes serviços:

- Atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas;
- Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- Promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.

Desta forma, o UNIFAPI abre suas portas para a comunidade de modo a efetivar seu compromisso com a melhoria das condições de vida das pessoas, através de um saber ligado a seus interesses e necessidades.

1.6 Vocação

Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o UNIFAPI caracteriza-se como uma instituição vocacionada para a formação de profissionais capacitados, que se destaca em sua atuação no campo da comunicação humana, mediante ações de integração, desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu oferecidos.

O UNIFAPI atua nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Formação de Professores, Ciências da Saúde, Tecnologia, Comunicação Social, Informática, e Ciências Humanas. Valendo-se dos preceitos descritos no PDI,

documento que fixa os propósitos e metas a serem alcançados durante a formação dos estudantes e os critérios norteadores para a definição do perfil do egresso, pautam-se por uma visão humanista, que internaliza valores como responsabilidade social, justiça e ética profissional. O intuito da seleção de tais valores reside na maneira de integrar produtivamente conhecimentos, competências e talentos na formação do futuro profissional.

A consagrada articulação entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental para a sustentação da instituição. A qualidade do ensino vincula-se fortemente à competência em pesquisa, enquanto as atividades de extensão se articulam com as experiências de pesquisa e de ensino.

O Centro Universitário, por sua concepção histórica, entende ser de sua responsabilidade a formação dos quadros profissionais do Piauí, da região e do país, tendo no ensino com investigação científica e na extensão o compromisso com as diretrizes e preceitos da excelência educacional.

1.7 Objetivos

As diretrizes que norteiam o Projeto Institucional do UNIFAPI estabelecem como compromisso a busca de um padrão de excelência no ensino da graduação e da tecnologia, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado. A decorrência dessa concepção geral é a de procurar formar um profissional que contribua para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade. Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimiladas e adquiridos no UNIFAPI devem conferir-lhe terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e as necessidades prevalentes e prioritárias da região e do país. Esse conjunto de competências deve promover no aluno a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

O UNIFAPI procura desenvolver ações que assegurem:

- A formação ética e humanística do sujeito voltada para a autonomia, cooperação, solidariedade, respeito à diversidade, tolerância e equidade social;
- A sólida formação técnico-científica, que possibilite ao sujeito compreensão e ação críticas do/no mundo em transformação;
- O envolvimento das instâncias superiores de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades de ensino de graduação;
- O aprimoramento do UNIFAPI, visando sua qualificação na área educacional;
- A modernização institucional continuada;
- Os mecanismos que harmonizem as relações internas;
- Os meios necessários para a realização da sistemática de avaliação institucional;
- A integração das áreas de ensino e extensão com uma administração comprometida com a educação;
- O estímulo à comunidade acadêmica na busca por capacitação em áreas acadêmicas e técnico-administrativas; e
- Formas alternativas de recursos; intensificando parcerias com organizações nacionais e internacionais.

1.8 Educação à distância no Brasil

O Censo da Educação Superior INEP/MEC de 2020, referente ao ano base de 2019 mostrou que o ensino superior e a sociedade brasileira encontram-se em crescente transformação.

Como prova dessa mudança de paradigma, observamos a migração sustentada das matrículas para os cursos de graduação na modalidade de Educação à Distância (EaD) que já alcançam praticamente 40% dos novos alunos de acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Educação.

Já dados divulgados pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) em maio de 2019, mostraram que o ritmo de crescimento da Educação à Distância no Brasil é maior do que o do ensino presencial. Em levantamento recente, elaborado pelo Instituto Semesp, vinculado ao Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), a conclusão é reiterada: em 2019, 28,5% das matrículas do ensino superior brasileiro estavam na modalidade EaD, enquanto em 2018 esse percentual era de apenas 24,3%. Na Figura 1 é possível observar a evolução das modalidades no período 2014-2019.

Figura 1 – Evolução das Matrículas no Período 2014-2019.



Fonte: Instituto Semesp (2021).

Pelas projeções feitas com base nos dados colhidos pela ABMES, mantendo-se a atual tendência de crescimento, o ensino a distância terá mais alunos do que a modalidade presencial já em 2023.

O êxito e o crescimento da Educação à Distância se justificam por suas características, como: qualidade da aprendizagem, inovação tecnológica, alinhamento com o mercado de trabalho e, principalmente, inclusão social da população.

É notório o processo de inclusão social promovido pela Educação à Distância no Brasil, possibilitando o acesso de populações com menor poder aquisitivo e/ou

residentes em regiões distantes dos grandes centros urbanos, como assim comprovam os registros públicos do MEC/INEP.

Neste sentido, como argumentam Diana, Catapan e Spanhol (2017), a modalidade presta uma importante contribuição para o desenvolvimento, ampliação, democratização e interiorização do ensino superior, expandindo as possibilidades de acesso ao estudo e à qualificação profissional.

O impacto positivo da tecnologia no processo de ensino aprendizagem e o inegável avanço tecnológico das ferramentas disponibilizadas por grande parte das Instituições que ofertam cursos na modalidade de Educação à Distância têm contribuído, em parceria com os investimentos maciços em quadros técnicos cada vez mais qualificados, para o aumento da percepção e, efetivamente, dos indicadores gerais de qualidade dos cursos ofertados na modalidade EaD.

Em alguns casos, a prática do ensino à distância tomou partido do conceito de *blended learning* (ensino híbrido) fazendo com que atividades práticas e a própria difusão do ensino migrassem, em parte, para salas de aulas físicas e estrutura de apoios, tais como: laboratórios, núcleos de práticas profissionais e estruturas de apoio e acompanhamento de programas de estágio.

O papel tradicional desempenhado pelo tutor passou a ser compartilhado com a do professor-tutor como um mediador que passou a possibilitar a expansão do EaD para áreas onde os cursos presenciais possuíam absoluto domínio. Foi assim que cursos na área de saúde – como Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição, por exemplo – passaram a ser ofertados na modalidade EaD com resultados e avaliações equivalentes ao dos cursos presenciais semelhantes.

1.8.1 Educação à Distância no UNIFAPI

Alinhado à tendência de expansão da EaD, o curso ofertado atende a necessidade de qualificação presente na atualidade competitiva das empresas, a necessidade financeira dos estudantes de menor poder aquisitivo e, ainda, a necessidade específica dos estudantes que dependem de flexibilidade de tempo para

seguir o programa elaborado para o curso de Gestão de Recursos Humanos do UNIFAPI.

Como um sistema específico de ensino-aprendizagem, a EaD necessita de uma gestão acadêmico-administrativa multidisciplinar. Em função desta demanda, o UNIFAPI instituiu o Centro de Educação a Distância, órgão suplementar da Instituição, responsável pela coordenação, supervisão, assessoramento e prestação de suporte técnico à execução de atividades pedagógicas e da formação na EaD pelos institutos que compõem o Centro Universitário.

Para contemplar as demandas específicas das diversas regiões, o UNIFAPI adota o Sistema de Ensino Presencial Interativo (SEPI) para a oferta de seus cursos na modalidade EaD.

O SEPI prevê tanto momentos de atividades no AVA como encontros presenciais semanais no polo de apoio presencial. Nesse formato, o estudante deve comparecer ao polo para interagir com o professor consultor no decorrer dos encontros. Também são propostas atividades presenciais, que o estudante deverá desenvolver com os colegas. Essas atividades são acompanhadas por tutores presenciais.

O estudante deve realizar suas avaliações, atividades e encontros programados pela legislação no polo de apoio presencial no decorrer do curso. Deve participar também do módulo de Introdução à EaD, da aula inaugural, palestras, e atividades programadas.

Cada disciplina está dividida em unidades. Em cada unidade, o estudante deve: assistir à teleaula seguindo o calendário escolar; ler os conteúdos oferecidos e responder aos questionários; participar dos encontros com os tutores no polo, bem como dos fóruns, e realizar as demais atividades previstas para a unidade. Os slides utilizados pelos professores na teleaula permanecem disponíveis no AVA.

1.9 Metodologia de ensino e aprendizagem

Os princípios metodológicos são estabelecidos em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Não obstante, em congruência com essa orientação, esse método articula os espectros dos valores humanísticos, difundindo a inserção teórica na realidade e promovendo a interação do homem com o mundo. Inspirados nessa filosofia, os cursos superiores desenvolvem seus conceitos educacionais pautados na abordagem sociointeracionista, que concebe a aprendizagem como um fenômeno que realiza a interação com o outro; portanto, a aprendizagem possui dimensão coletiva. Além disso, ela deflagra vários processos internos de desenvolvimento mental, que tomam corpo somente quando o sujeito interage com os objetos e sujeitos em cooperação. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento. Assim, um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal.

Como metodologia de ensino-aprendizagem, o curso superior adota atividades como aulas expositivas, aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, visitas técnicas, palestras, pesquisa bibliográfica e outras atividades acadêmico-científico-culturais, visando à oferta de experiências diversificadas aos discentes. O curso busca o desenvolvimento de programas que privilegiem o enlace entre a teoria e a prática, enfocando o uso e a adequação dos recursos audiovisuais, tecnológicos, de novos métodos e técnicas de ensino, procurando o aperfeiçoamento do trabalho acadêmico e sua aplicação profissional. A integração entre estudos teóricos, aulas e atividades práticas é exercida por meio de atividades complementares, trabalhos individuais e em grupo, projetos de ação pedagógica, atividades de práticas docentes e atividades de extensão.

A EaD é uma modalidade educacional cuja característica principal é a forma de interação, tendo como instrumento facilitador a comunicação baseada em recursos diversificados. Nessa perspectiva, o UNIFAPI oferece o contato visual, auditivo e verbal direto e frequente por meio de suas aulas, recursos didáticos e dialógicos que promovem a interatividade e estimulam a aprendizagem dos estudantes.

Levando em consideração as demandas específicas, motivadas pelos processos de ação e reflexão, confluentes e divergentes, de pessoas oriundas de diversas regiões, o UNIFAPI utiliza teleaulas, fóruns, textos complementares, slides

de teleaula, atividades complementares, projetos e práticas de ação pedagógica e questionários para efetivar uma interação de qualidade, a fim de proporcionar a dialogicidade necessária para contribuir com a construção do conhecimento entre os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. No Curso de Gestão de Recursos Humanos, as atividades seguem uma dinâmica que pressupõe, além dos momentos de interação com o professor, o auto aprendizado.

De acordo com Barreto (2007), o enfoque da autoaprendizagem surgiu no mundo inteiro a partir dos anos 1970, com o objetivo de criar um modelo de organização mais flexível no processo de ensino-aprendizagem e buscando ofertar programas alternativos capazes de atender necessidades e interesses mais específicos ou, ainda, voltados para o desenvolvimento de competências.

Nesse contexto metodológico, o estudante deve ser incentivado a estudar e pesquisar de modo independente, tendo como intuito o fortalecimento do aprendizado colaborativo, a dinamização da comunicação e a utilização das ferramentas existentes. Saber comunicar-se, descrever, analisar e sintetizar fatos e informações tirados da vida cotidiana, das relações na família, na comunidade, no curso e na empresa, e saber trabalhar em grupo de maneira participativa são partes das estratégias de maior investimento do estudante em sua formação, pois isso fortalece o saber científico e o que advém da experiência. Estratégias de ensino que incorporem a experiência de vida dos estudantes os ajudam a melhorar o rendimento do processo de aprendizagem.

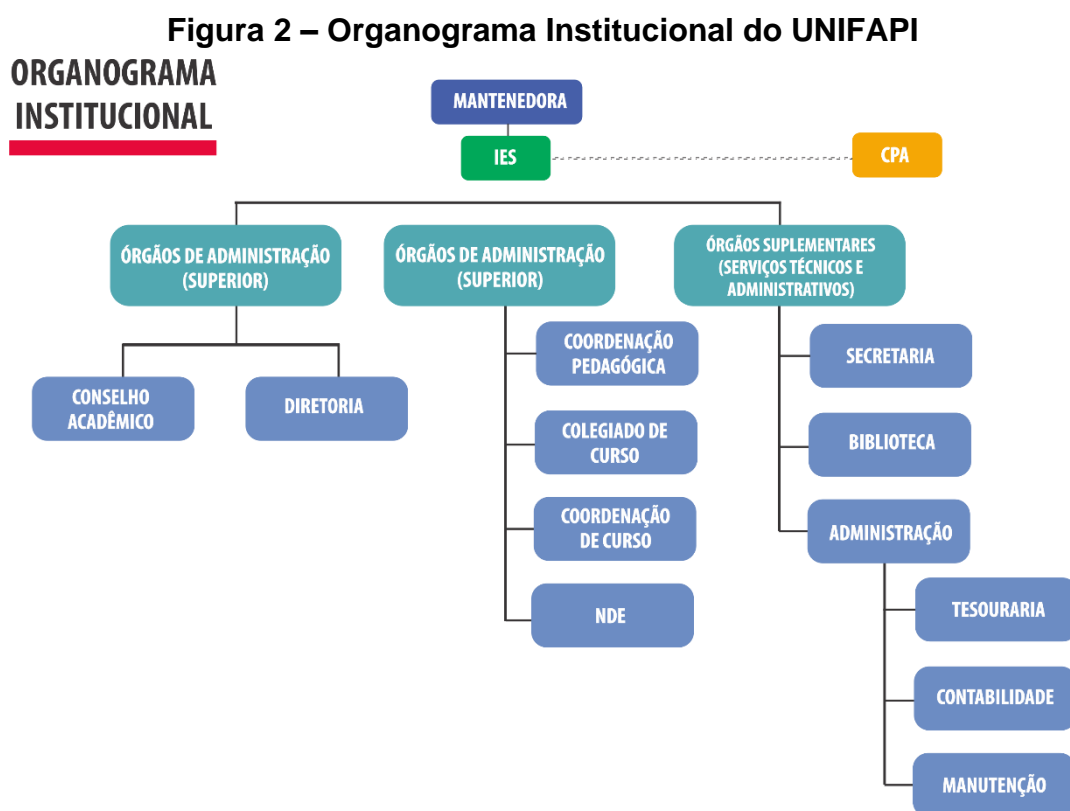
1.10 Estrutura Organizacional do UNIFAPI

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;

- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação de Curso e NDE.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção. Poderão integrar a estrutura organizacional do UNIFAPI outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa. Na Figura 2 está representado o organograma institucional do UNIFAPI.



1.11 Equipe Multidisciplinar

A coordenação do curso deve estabelecer os diferenciais de qualidade, em articulação com os dirigentes, NDE, corpo docente, estudantes e funcionários, tendo como referência a missão, os objetivos, a vocação e os princípios do projeto institucional. Pragmaticamente, cabe ao coordenador de curso, entre outras funções,

o papel de definir e gerenciar a equipe docente, fonte de recurso intelectual, sob sua responsabilidade.

O coordenador conta com o apoio do Núcleo Docente Estruturante (NDE), competindo a ele, entre outras funções, a responsabilidade de contribuir para a construção do Planejamento Pedagógico do Curso (PPC) e manter atualizados os planos de ensino das respectivas disciplinas (carga horária, objetivos, conteúdos programáticos, bibliografia etc.).

Tanto o PPC quanto os planos de ensino concebidos pelo NDE são elaborados a partir das diretrizes internas da IES, que parametrizam o padrão desejado para o curso. Sendo assim, esses documentos são propagados e sua implantação acompanhada e controlada pelo coordenador de curso. Sobretudo ele representa a liderança que orientará e participará ativamente junto ao corpo docente a fim de promover as adequações necessárias para que a realização do que está planejado seja a mais fidedigna possível.

Em conjunto, o coordenador de curso, o NDE e o corpo docente compõem a estrutura basilar no processo de ensino e aprendizagem, e é por meio da dialética entre esses pares que surgem aspectos inovadores e se criam diferenciais na oferta didático-pedagógica.

A integração promovida entre o coordenador do curso, o Núcleo Docente Estruturante e o corpo docente contribuem para formação do estudante, pois é por intermédio desse trabalho sinérgico que se garante o zelo da integração curricular interdisciplinar das diferentes atividades curriculares, que surgem formas inéditas de incentivo e desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão e que é estreitada a observação aos referenciais nacionais de educação.

Nesse sentido, a visão de curso é de que os diferentes órgãos que compõem a Instituição devem não só ser porta-vozes dos dirigentes, dos professores, dos estudantes e dos funcionários, mas também fortalecer os laços entre essas instâncias.

1.12 Apoio didático-pedagógico à equipe multidisciplinar

O UNIFAPI proporciona aos docentes e ao corpo técnico administrativo a oportunidade de aprimoramento profissional contínuo, oferecendo cursos de capacitação e pós-graduação lato sensu, na modalidade presencial.

O UNIFAPI EaD dispõe, além do curso de Especialização em Formação a Distância (EaD), ofertado em parceria com a Universidade Paulista, de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, ofertados aos professores, aos tutores e aos funcionários do Centro Universitário e dos polos de apoio presencial, com o objetivo de ampliar o conhecimento da modalidade, bem como de garantir a normatização das informações e procedimentos utilizados.

1.13 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Faz parte do cotidiano do UNIFAPI a avaliação interna institucional, que é desenvolvida alinhada ao PDI e à missão institucional. Seu objetivo é realizar verificações capazes de aferir a qualidade do processo educacional e do exercício da responsabilidade social.

A Comissão Própria de Avaliação trabalha em diferentes ações, tais como: garantir a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social; orientar a política acadêmica e de gestão; identificar potencialidades e fragilidades dos cursos e de gestão. É formada por representantes do corpo docente (professores), discente (estudantes), inclusive egressos, do corpo técnico-administrativo (funcionários) e da sociedade civil.

Os trabalhos da CPA orientam-se para:

- Avaliar o desempenho institucional, tendo em vista a qualificação do processo educativo e utilizando os resultados para melhoria efetiva das ações desenvolvidas;
- Elaborar uma metodologia de avaliação que garanta a participação dos segmentos constituintes da comunidade institucional;
- Consolidar o processo de avaliação como prática permanente na Instituição;

- Validar os achados da pesquisa, oportunizando aos distintos segmentos a reflexão sobre os resultados obtidos para definir mudanças de modo a ampliar a qualificação dos processos desenvolvidos;
- Consolidar-se como instrumento de melhoria da gestão pedagógica e administrativa.

O planejamento das atividades da CPA é realizado por meio de reuniões com os representantes dos segmentos docente, discente, administrativo, sociedade civil e da mantenedora, de modo a cumprir todas as etapas do processo de avaliação, descritas a seguir.

1.13.1 Etapa de preparação

Constituição da CPA, definição das condições materiais para a realização dos trabalhos: organização do espaço físico, equipamentos, contato com representantes e outros. A sensibilização interna da Instituição. Definição dos objetos de avaliação dentro do ciclo avaliativo.

1.13.2 Etapa de Desenvolvimento

Reuniões e estratégias de sensibilização das partes envolvidas no processo, sistematização das ideias. Definição de estratégias de trabalho. Construção dos instrumentos para coleta de dados. Definição da metodologia de análise e interpretação dos dados. Aplicação dos instrumentos de avaliação.

1.13.3 Etapa de Consolidação

Elaboração de relatórios com todos os representantes dos segmentos da comunidade acadêmica, da sociedade civil organizada. Divulgação do relatório final com a apresentação, discussão e publicação dos resultados através de reuniões, palestras, documentos informativos e outros. Avaliação dos resultados: análise crítica das estratégias utilizadas, reflexão e planejamento de ações futuras.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	
FEVEREIRO	<ul style="list-style-type: none"> • Definição/confirmação da composição CPA • Distribuição de tarefas e elaboração de cronograma de ações • Sensibilização interna • Reunião da CPA – avaliação do relatório institucional e definição do cronograma de ações
MARÇO	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização interna • Definição dos instrumentos de autoavaliação institucional • Definição dos meios de divulgação do trabalho da CPA para a comunidade acadêmica
ABRIL	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com representantes de comunidade acadêmica • Avaliação do relatório da Ouvidoria • Sensibilização e definição de estratégias motivacionais
MAIO	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de instrumentos de avaliação – pesquisa docente pelo discente
JUNHO	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação dos resultados parciais do relatório da pesquisa do docente pelo discente • Divulgação das atividades da CPA e dos resultados de ações desenvolvidas no semestre letivo • Reunião de avaliação e encerramento de semestre e planejamento do segundo semestre letivo

AGOSTO	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião da CPA – apresentação do relatório final das atividades desenvolvidas no primeiro semestre letivo • Aprovação do cronograma de atividades do segundo semestre letivo • Divulgação das ações de melhorias sugeridas pela CPA estabelecidas a partir das análises dos resultados da avaliação efetivada no primeiro semestre letivo. • Sensibilização interna • Definição de estratégias para garantia de adesão à pesquisa de autoavaliação institucional do segundo semestre
SETEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização interna • Aplicação dos instrumentos de autoavaliação institucional – coleta de dados
OUTUBRO	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com representantes da comunidade acadêmica • Avaliação do relatório da Ouvidoria • Avaliação do andamento da pesquisa de autoavaliação institucional e orientações para alcance dos objetivos • Definição dos instrumentos de avaliação do corpo docente e coordenadores de curso • Definição dos meios de divulgação do trabalho da CPA para a comunidade acadêmica
NOVEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de instrumentos de avaliação do corpo docente, coordenadores de curso e gestão administrativa do <i>campus</i> • Divulgação dos resultados parciais do relatório de autoavaliação institucional
DEZEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação das atividades da CPA e dos resultados de ações desenvolvidas no ano letivo • Divulgação dos relatórios finais do processo de autoavaliação institucional

	<ul style="list-style-type: none">• Reunião de avaliação, encerramento de semestre e planejamento do semestre seguinte
--	--

A comissão da CPA é composta pelos seguintes:

Representante do Corpo Docente;

Representante do Corpo Técnico-Administrativo;

Representante do Corpo Discente;

Representante dos Egressos;

Representante da Sociedade Civil Organizada.

Informações detalhadas sobre os trabalhos da CPA estão disponíveis no link:
<http://www.fapi-pi.edu.br/instituto/cpa.asp>.

1.14 Atividades acadêmicas articuladas com a formação – pesquisa e extensão

Os serviços de extensão compreendem serviços que se destinam a promover a integração do Centro Universitário com a comunidade local e regional. Os programas de extensão e cultura, articulados com o ensino e a pesquisa, desenvolvem-se na forma de cursos, serviços permanentes, projetos circunstanciais ou eventos, visando à complementaridade das abordagens e dos recursos.

Os serviços de extensão universitária são realizados sob a forma de:

- I. Atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas;
- II. Promoção e participação em atividades de natureza cultural, artística, científica e de prestação de serviços, utilizando-se inclusive dos meios de comunicação;

- III. Estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional;
- IV. Publicação de trabalhos de interesse cultural e científico;
- V. Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- VI. Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

Dadas às características do mundo atual, no que diz respeito à evolução do conhecimento, é obrigação do Centro Universitário orientar e estimular seus estudantes à continuidade dos estudos.

Às atividades de pesquisa e pós-graduação do UNIFAPI, deve caber o papel de propiciar condições para esse aprendizado continuado, não só focalizando aprender conhecimentos existentes, mas estimulando também a produção de novos conhecimentos.

1.15 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

Há plena consonância entre o preconizado no PDI e no PPI do UNIFAPI em relação às políticas institucionais e as práticas do curso. O ensino de qualidade, o incentivo à pesquisa e extensão, são ações praticadas nas atividades regulares do curso. A ética como postura e o compromisso social como atitude são estimulados pelos docentes dentro do cotidiano do processo de ensino-aprendizagem.

1.16 Políticas de Ensino

O ensino no UNIFAPI, na oferta de cursos de graduação nas modalidades presencial e à distância encontra-se pautado nos referenciais para:

- Propiciar esforço em conjunto dos agentes educacionais do UNIFAPI, visando (re)produzir e socializar conhecimentos, compreender e transformar a realidade;

- Oportunizar a formação integral desenvolvendo a autonomia do pensar e agir;
- Estimular os acadêmicos a se apropriarem do conhecimento universal para despertar o hábito da formação permanente, necessário ao exercício profissional;
- Estimular a construção da consciência ética, moral e crítica;
- Estimular a capacidade criativa do acadêmico associada à visão de totalidade, de unidade na diversidade de conhecimentos;
- Fortalecer a articulação teórico-prática valorizando a iniciação científica, os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Consolidar as avaliações periódicas com instrumentos variados;
- Oferecer formação continuada ao corpo docente e técnico-administrativo;
- Adequar as diretrizes curriculares dos cursos de graduação à legislação vigente;
- Propiciar sólida formação para que o graduando supere desafios e tenha condições do exercício profissional;
- Aproveitar os conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar para ampliar a formação almejada;
- Compreender o professor como agente desencadeador do processo ensino-aprendizagem pelo arranjo coerente, seguro, inovador e transformador dos conteúdos e metodologias de ensino;
- Articular o fazer pedagógico num processo de ação-reflexão-ação;
- Enfatizar os métodos de ensino com utilização de instrumentos diversificados e recursos tecnológicos de ponta;
- Articular ferramentas de comunicação síncrona e assíncrona à oferta de disciplinas semipresenciais e a distância;
- Disponibilizar material de apoio para autoestudo nas modalidades presencial, semipresencial e a distância.

As políticas de ensino do UNIFAPI nos seus procedimentos teórico-metodológicos adotam ações interdisciplinares visando à relação dialética, dialógica e de reciprocidade frente à produção do conhecimento.

Os conteúdos são selecionados tendo em vista o perfil do egresso e as competências a serem desenvolvidas, observadas as especificidades de cada área e as Diretrizes Curriculares Nacionais da área de cada curso.

Nessa seleção são observados alguns critérios gerais, entre os quais cabe destacar:

- Relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições locais e regionais, guardando-se sua inserção no contexto nacional e internacional, bem como considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais no que se refere à atuação dos profissionais da área;
- Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões locais, regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universidade do conhecimento;
- Potencialidade para o desenvolvimento intelectual autônomo dos alunos, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades tecnológicas, econômicas e culturais, e a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes;
- Interdisciplinaridade no desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a abordagem do objeto de estudos sob diversos olhares, incluindo a perspectiva da análise teórica, de questões contemporâneas bem como da dimensão sociocultural;
- Conteúdos estruturantes dos diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, passíveis de organizar a aprendizagem do aluno em níveis crescentes de complexidade.

A cultura, os interesses e as características dos alunos são critérios centrais considerados na seleção e na organização dos conteúdos, bem como dos princípios metodológicos, apresentados em seguida.

No que se refere à elaboração dos currículos, estes são organizados a partir dos conteúdos selecionados, considerando sempre as diretrizes curriculares da área e a missão institucional do UNIFAPI.

Na elaboração dos PPCs de todos os cursos, o currículo, obedecendo as diretrizes curriculares editadas pelo Poder Público, é constituído por uma sequência ordenada de disciplinas e outras atividades acadêmicas.

Entende-se por disciplina o conjunto de conteúdos teóricos ou práticos, definidos em programa correspondente ao estabelecido pela ementa, com carga horária pré-fixada, e desenvolvido em um período letivo.

Na elaboração do currículo de cada curso, além de serem observadas as diretrizes curriculares da área e a missão institucional do UNIFAPI, são observados os seguintes princípios:

- Fixar o conteúdo específico com carga horária pré-determinada, as quais não poderão exceder 50% (cinquenta por cento) da carga horária total do curso;
- Estabelecer integralização curricular, evitando prolongamentos desnecessários da duração do curso;
- Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o egresso do curso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e produção do conhecimento;
- Estimular práticas de estudos independentes, visando à progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referem à experiência profissional;
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a investigação científica individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Estabelecer mecanismos de avaliações periódicas, que sirvam para informar a professores e a alunos acerca do desenvolvimento das atividades didáticas;

Além disso, na elaboração do currículo de cada curso são incorporados conteúdos de modo a observar o disposto nos seguintes dispositivos legais:

- Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, a qual dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999;
- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002;
- Resolução CP/CNE nº 2/2012, que estabelece as políticas de Educação Ambiental;
- Resolução CNE/CP nº 1/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE/CP nº 1/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

1.17 Políticas de Educação à Distância

A política de educação a distância do UNIFAPI foi estabelecida em consonância com a sua missão institucional.

A oferta da educação superior nesta modalidade de ensino constitui-se em importante estratégia para ampliar as oportunidades de acesso à educação e assegurar o direito a estudar sem fronteiras e reconhecer a relevância da contribuição sócio-político-econômica para minimizar os efeitos da exclusão social.

As possibilidades surgidas pela introdução e utilização das novas tecnologias da comunicação e da informação fizeram com que a educação a distância despontasse como oportunidade para incrementar o atendimento às demandas educacionais, bem como se constituir numa alternativa às exigências de natureza social e pedagógica atuais.

O UNIFAPI elegeu a modalidade da educação a distância para oferecer condições de atendimento às novas demandas por ensino superior de modo ágil, célere e qualitativamente superior, tendo por base a compreensão de que esta modalidade de ensino é capaz de atender com eficiência, eficácia e qualidade aos anseios de universalização do ensino como meio apropriado à permanente atualização dos conhecimentos, gerados de forma cada vez mais intensa pela ciência e cultura humana.

Esta modalidade de ensino promove grandes benefícios sociais, por não se limitar à mudança quantitativa, mas articular ações proativas por meio de programas e pessoal preparados, técnica e pedagogicamente, para a utilização das novas tecnologias educacionais, interação dos alunos orientados por “tutores educacionais” e corpo docente titulado, formado por especialistas na área.

A educação a distância, na sua concepção, visa atender grande contingente de alunos de forma mais efetiva que outras modalidades, sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos, em decorrência da ampliação da clientela atendida.

Com relação a esta modalidade de ensino, o UNIFAPI reforça seu compromisso ético com o desenvolvimento do País, aderindo à política de inclusão socioeducacional, com um olhar no futuro da educação mediada por tecnologias inovadoras e outro nas experiências bem-sucedidas desta modalidade.

A preparação dos programas de EaD no UNIFAPI, tendo como base os referenciais do Ministério da Educação, leva em consideração a definição de dez itens básicos:

- Integração das políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior;
- Desenho do projeto: a identidade da educação a distância;
- Equipe profissional multidisciplinar;
- Comunicação/interatividade entre professor/tutor e aluno;
- Qualidade dos recursos educacionais;
- Infraestrutura de apoio;
- Avaliação de qualidade contínua e abrangente;
- Convênios e parcerias;

- Edital e informações sobre o curso a distância;
- Custos de implementação e manutenção dos cursos.

Cabe destacar que o uso inovador da tecnologia aplicada à educação, e mais especificamente à educação à distância, está apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporciona aos alunos a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e de respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento.

Pelo caráter diferenciado e pelos desafios que enfrenta, o ensino na modalidade EaD é acompanhado e avaliado em todos os seus aspectos, de forma sistemática, contínua e abrangente. Dessa forma, a proposta de avaliação concebida pela instituição contempla duas dimensões: a primeira diz respeito ao aluno e a segunda se refere ao curso e à Instituição, incluindo os profissionais que nele atuam, ou seja, a autoavaliação.

A característica básica da Educação a Distância é o estabelecimento da comunicação de via dupla, na medida em que professor/tutor e aluno não se encontra juntos na mesma sala, requisitando, assim, meios eficientes que possibilitem a comunicação entre ambos.

O Centro de Educação a Distância (CEAD) coordena toda a atividade relacionada à modalidade de ensino.

1.18 Políticas de investigação científica, tecnológica, artística e cultural

O UNIFAPI entende a investigação científica como um processo de reflexão sistemática e crítica sobre a realidade multidimensional na qual está inserida, assumindo-a como exercício permanente, expresso nas atividades acadêmicas, para romper com o mito do ensino magistro-cêntrico e conteúdo-cêntrico (BEBER, 2007).

A Iniciação Científica nos cursos do UNIFAPI, nas modalidades presencial e a distância, é entendida tanto para despertar o interesse pela investigação científica e

iniciar a formação de novos pesquisadores quanto como estratégias de formação profissional, por meio do ensino voltado à construção da autonomia intelectual, da iniciativa e do desenvolvimento de uma atitude crítico-investigativa diante da realidade.

A formação do cientista se dá de forma mais evidente a partir da graduação, pela renovação constante da cultura, pelo exercício da reflexão-ação, pelo confronto de opiniões a ser disseminado por meio de publicações em várias mídias, sejam impressas ou digitais.

Para ampliar as ações de investigação científica a IES estabelece:

- Qualificação dos professores para orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
- Qualificação dos professores em curso de pós-graduação *lato e strictu sensu*;
- Cadastro junto aos órgãos de fomento;
- Maior integração entre ensino-investigação científica-extensão.

1.19 Procedimentos para estímulo à produção acadêmica

A política de investigação científica do UNIFAPI constitui estímulo à produção acadêmica. Isto porque os resultados obtidos em função do desenvolvimento dos projetos de investigação científica são amplamente divulgados junto à comunidade e publicados em revistas e periódicos especializados e indexados, assim como os relatórios conclusivos serão tombados em cópia, no acervo da biblioteca da Instituição.

O UNIFAPI estimula a inserção de temas científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, da área dos cursos ou de temas transversais, na agenda dos veículos de comunicação através de informações veiculadas em noticiário impresso, televisivo, radiofônico ou pela internet, contribuindo com a democratização do conhecimento científico, facilitada pelo uso de uma linguagem acessível à maioria, levando-se em consideração o entendimento de que o acesso às informações científica e

tecnológicas pode contribuir com a melhoria da qualidade de vida e com a tomada decisões.

Adicionalmente, o UNIFAPI abre anualmente edital para o seu Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, através do qual são disponibilizadas bolsas na forma de descontos nas mensalidades dos alunos cujos projetos são selecionados. São objetivos do PIBIC:

- a) Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- b) Contribuir para a formação científica, tecnológica, artística e cultural de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional;
- c) Contribuir de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência aos alunos na pós-graduação;
- d) Possibilitar o acesso e a integração dos estudantes à cultura científica.

1.20 Políticas de extensão

A extensão deve ser encarada sob perspectiva da produção do conhecimento, contribuindo para viabilizar a relação transformadora entre o UNIFAPI e a sociedade.

As atividades de extensão, inclusive as de natureza desportiva, artística e cultural, visarão valorizar e estimular a criação e difusão da arte e da cultura, particularmente aquelas patrocinadas pela comunidade, refletindo o potencial da Instituição no contexto social e sendo base para o desenvolvimento de programas de ensino e produção do saber, recolhendo insumos para a contínua revisão do fazer acadêmico.

A programação extensionista incluirá a promoção de serviços à comunidade e a realização de cursos de treinamento de profissionais nas áreas pedagógicas e técnicas-científicas, assumindo as formas de cursos de extensão, palestras, conferências, simpósios, jornadas, assistência a empresas e órgãos públicos.

De modo geral, a IES se propõe a realizar sua integração com a sociedade por meio:

- Da realização de seminários de atualização em suas áreas de competência;
- Do programa de cursos de extensão, envolvendo temas atuais, de interesse e necessidade das comunidades externa e interna;
- Do programa de convênios com diversas instituições do estado e dos municípios;
- De encontros envolvendo categorias específicas;
- Da criação e prestação de serviços de assessoria e consultoria à comunidade, envolvendo estagiários e docentes da Instituição e profissionais da comunidade estadual;
- De serviços de intermediação de oportunidades de estágio para estudantes da Instituição;
- Da participação em iniciativas de natureza cultural, artística e científica;
- De estudos e levantamentos em torno de aspectos da realidade local ou regional;
- Da publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico e divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho; e
- Do estímulo à articulação da extensão com o ensino visando integrar, sempre que possível, o saber acadêmico com a realidade.

Visando incentivar as atividades de extensão, a IES utilizará, dentre outras, as seguintes estratégias de ação:

- Realizar avaliação diagnóstica da realidade social por meio de estudos;
- Identificar as ações de extensão por meio de organização de fóruns, seminários e oficinas que retratem seus resultados e envolvam toda a comunidade acadêmica;
- Implantar uma política de ações de extensão com o objetivo de transformação social;

- Identificar as lideranças políticas, sindicais e civis por meio de contato direto com a população e os meios de comunicação para ajustar melhor os programas de extensão às necessidades locais;
- Identificar a capacidade extensionista das Coordenações de Curso por meio da produção e dos resultados das ações junto à sociedade;
- Incentivar o corpo docente e discente a promover a extensão em projetos que atendam às necessidades prioritárias da sociedade; e
- Agregar a extensão aos campos desenvolvidos nos estágios por meio da permuta de conhecimentos e vivências dos indivíduos, visando à transformação do sujeito e da sociedade

Há uma preocupação da IES em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, ambientais e outros.

1.21 Políticas de Pós-Graduação

Atualmente o setor empresarial, o setor público e o social exigem cada vez mais qualificação dos seus profissionais. A graduação passa a ser apenas o primeiro estágio dessa qualificação.

O contexto de crescente inovação tecnológica e a rapidez das informações numa economia globalizada altamente competitiva impõe uma permanente atualização e uma qualificação profissional múltipla, mas necessariamente especializada.

A pós-graduação surge, nesse cenário, como a ferramenta capaz de prover o diferencial necessário ao profissional, não apenas para seu ingresso no mercado de trabalho, mas para sua permanência e crescimento.

Um esforço considerável vem sendo realizado, por instituições públicas e privadas, no sentido de proporcionar uma oferta de possibilidades de pós-graduação com competência e qualidade.

A esse esforço se associa o UNIFAPI, mediante sua política de pós-graduação, estabelecida de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos oficiais e em sintonia com as novas exigências de inserção da sociedade contemporânea.

A política de pós-graduação é um exercício de construção de parâmetros que balizem a atuação do UNIFAPI, de forma mais eficiente, para atingir seus objetivos e metas no campo da pós-graduação, investigação científica e extensão, consoante diretrizes que buscam fornecer respostas aos desafios impostos no cumprimento de sua missão.

Assim, entende-se que as atividades de pós-graduação, investigação científica e extensão não podem estar dissociadas, mas caminham juntas e integradas num sistema de interação e complementariedade constante e sistemático.

Este plano procura ultrapassar a rigidez de um processo de planejamento centralizado e de logo prazo, para ser entendido como a afirmação de um programa de ação racional passível de adaptações impostas pelas mudanças imprevisíveis e aceleradas, definindo objetivos e estratégias de intervenção que possam dar respostas eficazes às demandas e carências da sociedade.

Os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do UNIFAPI têm como objetivos:

- Promover educação continuada com a finalidade de proporcionar aos estudantes de nível superior aprimoramento de sua formação cultural, científica, profissional e tecnológica;
- Qualificar profissionais para inserção no mundo do trabalho por meio do aprofundamento de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos de uma área específica de conhecimento;
- Estimular visão crítica da realidade social nos âmbitos local, regional, nacional e internacional;
- Participar e contribuir com o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional na formação de recursos humanos qualificados;
- Incentivar a investigação científica em áreas consideradas prioritárias pelo UNIFAPI, em consonância com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação;

- Capacitar recursos humanos, oferecendo um diferencial de competitividade para atender à demanda social que exige aprendizado contínuo, particularmente nas áreas profissionais, e também aperfeiçoar e capacitar permanentemente o corpo docente, para a melhoria do desempenho acadêmico.

A promoção do ensino em nível de pós-graduação preconiza:

- a) Enriquecimento da cultura e a construção do saber;
- b) Melhor formação de profissionais liberais, técnicos e especialistas;
- c) Ampliação do relacionamento com a comunidade;
- d) Incentivo ao intercâmbio com instituições universitárias, científicas e culturais, nacionais ou estrangeiras;
- e) Adequação dos currículos voltados à inovação;
- f) Desenvolvimento de programas de educação continuada;
- g) Vivência democrática e trabalho coletivo do corpo docente, discente e técnico-administrativo;

As atividades de ensino de pós-graduação são realizadas em estreita relação com a graduação visando à melhoria e à renovação desse nível de ensino. Esta integração graduação/pós-graduação concorre para a melhoria da qualificação dos docentes e na melhoria da atuação desses professores na graduação através de uma ampla articulação didático-científica.

O UNIFAPI oferece, de forma presencial ou a distância, em convênio com a Universidade Paulista, um conjunto de cursos de especialização – *lato sensu* - , cuja finalidade é permitir aos graduados um aprofundamento de conhecimentos em áreas específicas.

Como atividade de capacitação para docentes e colaboradores a IES oferta gratuitamente o Curso de Especialização em Formação em Educação a Distância (EaD).

1.22 Políticas de inclusão social

O UNIFAPI, atendendo ao disposto na legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do artigo 3º da Portaria MEC nº 4.361/2004 e Decreto nº 5.296/2004, formulou sua política de inclusão social.

São os seguintes os objetivos por ela definidos:

- Promover a melhoria do desempenho dos alunos com comprovada deficiência por meio de oficinas de nivelamento, voltadas para a correção das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso na IES;
- Aumentar o número de estudantes afrodescendentes e indígenas matriculados e egressos da IES;
- Propiciar as condições necessárias aos ingressantes para a permanência nos cursos de graduação;
- Incentivar a preparação dos concluintes da graduação pertencentes aos segmentos sociais contemplados com o ProUni para continuidade de estudos e/ou para o trabalho profissional;
- Reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- Estimular práticas sociais e escolares fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos;
- Promover a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- Incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- Promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais; e
- Absorver parte do contingente de migrantes do município e da região nos cursos superiores oferecidos, qualificando e preparando profissionais para o desempenho eficiente de suas funções.

A instituição, mediante o apoio às iniciativas voltadas ao acesso de estudantes afrodescendentes e indígenas ao ensino superior, e ao desenvolvimento de cursos complementares e a elaboração de estratégias para o acompanhamento do desempenho acadêmico deste público em especial, pretende auxiliar no Projeto Nacional de Inclusão Social do Governo Federal.

Serão implementadas as seguintes ações acadêmico-administrativas para garantir no desenvolvimento destas atividades:

- A integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante, pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias;
- A interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologia, com ações interprofissionais e interinstitucionais, com consistência teórica e operacional que permita a estruturação das diversas ações propostas;
- A geração de produtos ou processos como publicações, cursos, produção de material didático e paradidático, e abertura de novas linhas de extensão.

Espera-se, assim, impacto social positivo e produtivo, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuindo para a inclusão destes grupos sociais; e desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e para a ampliação de oportunidades educacionais para afrodescendentes e indígenas, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.

A IES se empenha em articular a relação bilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais visando a:

- Contribuir na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas nacionais;
- Aproximar as matrizes curriculares dos cursos superiores com as necessidades concretas da sociedade;
- Descobrir novos objetos de investigação em contexto externo ao meio acadêmico;
- Experimentar alternativas metodológicas de trabalho, de ensino e extensão; e
- Desenvolver atitude proativa diante dos desafios da ampliação do número de estudantes negros e índios na vida acadêmica, em especial nos cursos em que eles encontram sub-representados mormente aqueles direcionados à cultura e à vivência acadêmica continuada.

1.23 Políticas de ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial

O trabalho desenvolvido pelo UNIFAPI na área educacional reflete o seu compromisso com a responsabilidade social.

Como destacado anteriormente, o UNIFAPI providenciou a sua adesão ao Programa Universidade para Todos (ProUni), política pública de ação afirmativa, viabilizando mais um mecanismo de inserção e manutenção de alunos de baixa renda sem diploma de nível superior.

Adicionalmente, nas atividades de ensino, nas atividades de investigação científica e nas atividades de extensão, o UNIFAPI cumpre as exigências da Lei nº 9.795/1999, do Decreto nº 4.281/2002 e da Resolução CP/CNE nº 2/2012, que estabelecem as Políticas de Educação Ambiental, das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Lei nº 9.394/1996, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004; e das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP

nº 1/2012. São valorizadas a dimensão socioambiental, a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional.

Com o objetivo de divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o respeito aos direitos legais e a valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira, o UNIFAPI inclui nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Para compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, o graduando é formado para considerar sempre as dimensões da diversidade biológica, subjetiva, étnico-racional e de gênero, orientação sexual, socioeconômica, política, ambiental, cultural, ética e demais aspectos que compõem o espectro da diversidade humana que singularizam cada pessoa ou cada grupo social.

Conforme estabelecido na Resolução CNE/CP nº 1/2012, a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, foi considerada na construção do PDI e PPI e dos PPCs dos cursos do UNIFAPI, no ensino, na Investigação Científica, na extensão, bem como nos diferentes processos de avaliação. As práticas de Educação em Direitos Humanos no UNIFAPI podem ocorrer das seguintes formas:

- Pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- Como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
- De maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e interdisciplinaridade.

O UNIFAPI adota, ainda, políticas de educação inclusiva voltadas para pessoas portadoras de necessidades especiais, possibilitando o acesso e a permanência de alunos que apresentam alguma deficiência.

Conforme destacado anteriormente, no desenvolvimento das ações acadêmicas e administrativas são observadas as normas sobre tratamento prioritário (diferenciado e imediato) a ser dispensado a professores, alunos e funcionários com deficiência ou com mobilidade reduzida. O Manual de Orientação e Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência foi formalmente adotado pela Instituição. Uma vez constatada a discriminação, a infração será considerada grave, devendo, ao infrator, serem aplicadas as sanções previstas no Regimento Geral da IES.

O UNIFAPI está empenhado em promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade, conforme determinação da Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dos Decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005, que regulamentam. Um Núcleo de Acessibilidade e Inclusão foi implementado, tendo por finalidade promover a inserção da pessoa com deficiência na realidade acadêmica/institucional. A inclusão ocorre por meio do atendimento educacional especializado compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos oferecidos pelo UNIFAPI.

O UNIFAPI atende aos princípios da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Aceita a matrícula deste aluno, incentiva a formação e a capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a pais e responsáveis e estimula a investigação científica relativa ao tema.

O UNIFAPI incluiu, em seus documentos normativos e do planejamento (Regulamentos, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional), objetivos explícitos de combate ao racismo e às discriminações, e de reconhecimento, valorização e respeito das histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena. Além disso, elaborou Resolução específica para o exame e encaminhamento de solução para situações de racismo e discriminações. As vítimas deverão receber apoio do NAAP para auxiliá-los a superar o sofrimento. Os agressores serão orientados para que compreendam a dimensão do que praticam. As ações do NAAP e as educacionais estarão voltadas para o reconhecimento, valorização e respeito mútuos.

O UNIFAPI identifica, com o apoio dos centros de estudos africanos, as fontes de conhecimentos de origem africana e suas problemáticas, desdobramentos e influências manifestadas no Brasil, a fim de selecionar conteúdos e procedimentos de ensino e de aprendizagem.

A biblioteca do UNIFAPI mantém acervo, valoriza ações e publicações técnicas e científicas e desenvolve ações específicas para divulgar valores, pensamentos, jeitos de ser e viver dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros, particularmente dos afrodescendentes.

1.24 Políticas de responsabilidade social

A responsabilidade social da IES traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como dos caminhos para que desenvolvimento ocorra. O UNIFAPI prima pela inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação. Em outras palavras, busca-se a excelência educacional e a melhoria contínua, tendo como foco o aluno e o desenvolvimento da região.

Em suas relações com a comunidade, especialmente quando esta se materializa na forma de associações de classe, empresas, instituições financeiras, organizações sem fins lucrativos etc., a IES tem como responsabilidade, entre outras:

- Atuar junto a essas entidades, construindo uma imagem favorável de si mesmo;
- Promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição, seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições;
- Identificar na comunidade acadêmica e empresarial professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição;
- Identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação;

- Atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira; e
- Avaliar semestralmente seu próprio desempenho, principalmente no tocante aos seus cursos de graduação e, quando houver, pós-graduação e extensão, por meio do Plano de Autoavaliação Institucional, desenvolvido de acordo com os princípios estabelecidos na Lei do SINAES.

Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e responsabilidade social.

1.25 Políticas de diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e de patrimônio cultural

As atividades de ensino, investigação científica, extensão e de gestão desenvolvidas no UNIFAPI contemplam a responsabilidade social e o estímulo à cultura em seus valores, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Além disso, observa o disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE nº 02/2012, que estabelecem as políticas de educação ambiental.

As atividades de iniciação artística e cultural, a defesa do patrimônio artístico e a difusão das produções discentes serão regidas na IES pelos seguintes princípios:

- a) Liberdade de expressão, criação e fruição;
- b) Respeito à diversidade cultural;
- c) Respeito aos direitos humanos;
- d) Direito de todos à arte e à cultura;
- e) Direito à memória e às tradições;

- f) Responsabilidade socioambiental;
- g) Valorização da produção artística e da cultura como atividades acadêmicas e vetores do desenvolvimento sustentável.

Em consonância com os objetivos do Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010), o UNIFAPI implementa ações no sentido de:

- a) Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional e brasileira;
- b) Proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial regional;
- c) Valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- d) Propiciar o acesso à arte e à cultura;
- e) Estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- f) Estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;
- g) Estimular a sustentabilidade socioambiental;
- h) Reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores.

Para o período de vigência PDI 2019-2023, o UNIFAPI desenvolve ações de estímulo às participações docentes e discentes em atividades de ensino, investigação científica e extensão, e em eventos culturais e artísticos, internos e externos; envolvendo aspectos de diversidade, meio ambiente e saúde, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

1.26 Políticas de educação ambiental e de desenvolvimento nacional sustentável

Em atendimento ao Parecer CNE/CP nº 8/2012 e à Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012, o UNIFAPI vem abordando nas matrizes curriculares de seus cursos o tratamento dos Direitos Humanos nas disciplinas Homem e Sociedade, Ciências

Sociais e em disciplina optativa. A concepção do plano de ensino dessas disciplinas prevê de forma explícita, a ênfase na compreensão dos direitos humanos como processo de evolução social. Além disso, o tema também é abordado nas Atividades Complementares, nos Estudos Disciplinares e no Projeto Integrado Multidisciplinar, assegurando, dessa forma, a aplicação transversal, contínua e permanente.

A IES também formulou sua política de inclusão social, constante neste Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, para o quinquênio 2019-2023, incluindo o respeito aos Direitos Humanos, pretendendo oportunizar um espaço de reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais e escolares fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos e fazendo parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades sociais como Direitos Humanos Universais.

No que se refere ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, em atendimento ao Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 e à Instrução Normativa nº, de 12/11/2012, o UNIFAPI vem abordando nas matrizes curriculares de seus cursos o tratamento do Desenvolvimento Sustentável na disciplina Ciências Sociais. Além disso, o tema também é abordado nas Atividades Complementares e nos Estudos Disciplinares de cada curso, assegurando, dessa forma, a aplicação transversal, contínua e permanente.

Desta forma, promove a ênfase que deve ser dada a questões atuais na área do desenvolvimento sustentável, em particular para o entendimento de processos de deterioração ambiental e suas implicações para o bem-estar humano.

Além disso, o UNIFAPI pretende realizar campanhas, oficinas, palestras e exposições de sensibilização das práticas sustentáveis para os alunos e servidores com divulgação por meio da intranet, cartazes, etiquetas e informativos; e produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.

1.27 Políticas de desenvolvimento econômico e social

A importância crescente da educação superior tem sido reconhecida mundialmente não apenas em função do valor instrumental da formação acadêmico-profissional e das atividades de investigação científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico e social, mas por sua contribuição decisiva para uma formação ética e cultural mais ampla da cidadania democrática. A formação superior é considerada primordial para a diminuição de desigualdades e promoção de justiça social, estratégica para a produção de riqueza do País.

Fazer do UNIFAPI um espaço de maior inclusão e equidade social, como perspectiva de democratização e impacto econômico e social, requer definir políticas de equidade, possibilitar novos mecanismos de apoio aos estudantes e analisar criticamente a formação proposta, com ações que envolvam:

- Estratégias de promoção de equidade, garantindo acesso para estudantes de baixa renda e para segmentos da população com menor ingresso, tais com indígenas, negros, pessoas com necessidades educacionais especiais, residentes em zonas rurais e apartadas. A integração destes grupos à Instituição será elemento-chave do seu processo emancipatório, como oportunidade de formação pessoal e também coletiva;
- Ações que apoiem o estudante em sua trajetória formativa, em especial, os procedentes dos segmentos sociais de menor renda, como atividades de nivelamento, apoio psicopedagógico *etc*;
- Atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), atendendo às exigências da legislação educacional e de modo a construir novos modelos educacionais, programas e alternativas de trajetórias que facilitem o acesso ao conhecimento. De outra forma, a atenção às demandas dos estudantes torna necessária à diversificação das estruturas acadêmicas. Com a inserção, na matriz curricular de seus cursos, de componentes curriculares ou conteúdos relacionados ao tema responsabilidade social, desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das

condições/qualidade de vida da população e desenvolvimento de projetos e ações de inovação social, o UNIFAPI busca avançar no seu papel de formadora de profissionais competentes e cidadãos éticos e responsáveis, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico regional;

- Estabelecer parcerias com pessoas jurídicas de direito público e privado e com segmentos do setor produtivo, a fim de desenvolver atividades de ensino (visitas técnicas, estágios *etc*), investigação científica e extensão que resultem no aprimoramento e desenvolvimento da região.

O compromisso social do UNIFAPI envolve a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, capaz de promover o desenvolvimento econômico e social para todos os segmentos da população. Neste sentido, tal compromisso está vinculado também à formação e produção de conhecimentos voltados ao atendimento de demandas locais e regionais.

Ademais, os projetos pedagógicos dos cursos estão atrelados à responsabilidade social do UNIFAPI com o desenvolvimento econômico e social, enfatizando o compromisso com o desenvolvimento e com a socialização do conhecimento. A responsabilidade social deve ser alcançada com a adoção de processos formativos pautados na formação cidadã, em princípios éticos; no desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos com relação aos processos sociais, econômicos, políticos e culturais; no incentivo à criatividade dos alunos para identificar problemas e propor soluções e na formação cultural ampla.

Dessa forma, paralelamente às atividades de ensino, o UNIFAPI fortalece e incentiva atividades de investigação científica e extensão, envolvendo os alunos com desenvolvimento econômico e social regional, a melhoria da infraestrutura urbana/local, a melhoria das condições e da qualidade de vida da população e as ações de inovação social.

1.28 Política de comunicação institucional

O UNIFAPI organiza estratégias e meios para a comunicação externa com os objetivos de:

- a) Promover a imagem institucional;
- b) Garantir o acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes;
- c) Divulgar os cursos ofertados, a extensão e a investigação científica;
- d) Desenvolver mecanismos de transparência institucional;
- e) Divulgar a ouvidoria;
- f) Democratizar e possibilitar o acesso às informações referentes à área socioambiental;
- g) Estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental;
- h) Incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Entre os meios de comunicação externa o UNIFAPI utiliza os seguintes dispositivos: internet, redes sociais e *e-mail*; televisão; rádio; *outdoors*; jornais; panfletos; *folders* etc.

Para que a comunicação seja eficaz e eficiente a escolha do meio a ser utilizado leva em consideração a informação que se pretende transmitir e, principalmente, o perfil do público externo a que se dirige.

Em atendimento ao disposto no parágrafo segundo do artigo 32 da Portaria Normativa 40/2007, republicada em 2010, o UNIFAPI mantém, em página eletrônica própria, para consulta dos alunos ou interessados: os atos autorizativos expedidos pelo MEC, com as datas de publicação no Diário Oficial da União; dirigentes da instituição e coordenadores de curso efetivamente em exercício; relação dos professores que integram o corpo docente dos cursos, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho; matrizes curriculares do curso; resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC; projetos pedagógicos dos cursos e

componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação; conjunto de normas que regem a vida acadêmica; descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área dos cursos, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização; descrição da infraestrutura física destinada aos cursos, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infraestrutura de informática e redes de informação.

A seguir, são apresentados os grupos de relacionamento da IES e a responsabilidade para com eles.

1.28.1 Público interno

As pessoas, diretores, coordenadores, professores, técnicos administrativos e demais funcionários, como o diferencial da Instituição, são valorizadas e motivadas, a fim de obter a coesão interna alinhada aos objetivos da Instituição. O Plano de Carreira, a Política de Qualificação, o tratamento dos funcionários com dignidade, responsabilidade e liberdade de iniciativa faz parte da cultura do UNIFAPI.

A responsabilidade com o público interno também se manifesta na gestão democrática das atividades acadêmicas, mediante organização colegiada da instituição, de modo a promover e garantir a cooperação das categorias integrantes da comunidade acadêmica.

As oportunidades são oferecidas a todos, independentemente de sexo, idade, religião, raça, cor e origem. Essa postura traz para o ambiente de trabalho do UNIFAPI diferentes histórias de vida, habilidades e visão de mercado, permitindo o crescimento da IES como um todo. O UNIFAPI constata que a responsabilidade social com seu público interno poderá proporcionar maior produtividade, comprometimento com a IES, motivação, além de diminuir a rotatividade de mão-de-obra.

1.28.2 Alunos

A responsabilidade social do UNIFAPI para com os seus alunos está relacionada à educação ofertada com qualidade, que permitirá o desenvolvimento pleno do aluno, cidadão preparado para ser agente transformador da realidade, comprometido com a gradativa eliminação das desigualdades sociais.

A transparência institucional, a divulgação dos resultados da autoavaliação institucional e as facilidades e oportunidades oferecidas aos alunos pela IES contribuem com a responsabilidade social do UNIFAPI para com os seus alunos.

1.28.3 Comunidade

O envolvimento com a comunidade é uma prioridade da administração da IES. Com ações voltadas para a comunidade e para a localidade, as iniciativas da Instituição pretendem promover a mudança das relações que se reproduzem na sociedade, incentivando a participação dos atores locais para que desempenhem o papel de agentes de mudanças sociais em suas comunidades.

A IES, por meio de suas ações envolvendo a comunidade, busca o desenvolvimento das pessoas, isto é, o aumento de suas oportunidades, capacidades, potencialidades e direitos de escolha; o desenvolvimento para as pessoas, isto é, a garantia de que seus resultados sejam apropriados, equitativamente, por todos; e o desenvolvimento pelas pessoas, ou seja, o ganho aumentado da parcela de poder dos indivíduos e das comunidades por sua participação ativa na definição do processo de desenvolvimento, tanto como seus sujeitos como seus beneficiários. Esses atributos básicos, comprometidos com o desenvolvimento humano, são parâmetros para a complexa missão do UNIFAPI, instituição confrontada com os grandes desafios que o país enfrenta, como o de encontrar soluções para nossos graves problemas sociais, de modo a haver equidade social, questão que depende de forte vontade política e grandes modificações na estrutura social.

Os Projetos que a IES desenvolve são voltados à população carente (principalmente crianças e adolescentes carentes), para a implantação de política nas áreas de educação, saúde, cultura, ciência, tecnologia, trabalho, desenvolvimento

tecnológico e inclusão social. Promovem a percepção da diversidade cultural e da identidade, ação e memória dos diferentes segmentos étnicos nacionais, valorizando seus saberes, manifestações artísticas e culturais, modos de vida e formas de expressão tradicionais, em especial das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

A IES busca dentre as ações propostas as que contemplem o conceito de responsabilidade social, priorizando as questões referentes à inclusão social, desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio ambiente, da memória e patrimônio cultural e da produção artística, junto à comunidade acadêmica e a sociedade, por meio de seus cursos.

Os funcionários, docentes e discentes do UNIFAPI são envolvidos em “trabalho voluntário” nos Programas de Ação Social desenvolvidos pelas Entidades parceiras (Governamentais e Não Governamentais). O estímulo do trabalho voluntário possibilita a valorização e disseminação no meio educacional de ações que ofereçam oportunidades para o exercício de cidadania e da solidariedade, bem como das ações sociais voltadas à defesa do meio ambiente e do patrimônio artístico e cultural do município.

A IES, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 08/2012, também pretende oportunizar um espaço de reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais e escolares fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos.

1.28.4 Comunicação com a sociedade

O UNIFAPI possui o planejamento estratégico de marketing, com o objetivo de melhorar a qualidade de sua oferta educacional e de prestar melhores serviços à sociedade.

Neste sentido, a melhoria da qualidade da oferta está apoiada na ampliação de serviços. No que se refere à sociedade, a melhoria ocorre a partir do seu envolvimento

com as empresas, com outras instituições de ensino, com o setor público e com o terceiro setor.

A formulação do planejamento de marketing ocorre a partir da análise das variáveis endógenas, adquiridas no processo contínuo de autoconhecimento, das variáveis de mercado, sobre as quais nem sempre se pode exercer influência direta (exógenas), conjugada com os objetivos e metas educacionais estabelecidas para um determinado período.

O processo cíclico do planejamento ocorre a partir de sua avaliação e reformulação constantes.

A IES pretende implementar como parte do planejamento de marketing educacional, o processo de cooperação e parcerias com instituições e empresas.

Além disso, a IES conta com a disponibilização de correio eletrônico para estudantes, professores e funcionários e de página na Internet que possibilita o acesso às principais informações institucionais.

Além dos meios tecnológicos que a Instituição utiliza, a mesma desenvolve mecanismos de comunicação interna e externa por meio de:

- a) Jornal Acadêmico;
- b) Quadro Mural exclusivo para informações das Direções Acadêmica e Administrativa;
- c) Quadro Mural das coordenações de cursos de graduação, pós-graduação e extensão;
- d) Banners e cartazes (conforme a necessidade);
- e) Correio Eletrônico (disponibilizado para toda a comunidade acadêmica);
- f) Site do UNIFAPI (atualizado semanalmente);

1.28.4.1 Serviço de Ouvidoria

O UNIFAPI possui um serviço específico de ouvidoria. Com funções semelhantes ao do *ombudsman*, a coordenadora do Serviço de Apoio ao Estudante – SAE, captará os sentimentos e manifestações dos estudantes, discutindo-os com os setores alvos.

1.28.4.2 Procedimentos de recepção de sugestões e de resposta

A IES disponibiliza um e-mail para a comunidade acadêmica encaminhar sugestões e através deste mesmo e-mail serão encaminhadas as respostas.

1.28.4.3 Mecanismos de comunicação e sistemas de informação utilizados pelas coordenações de cursos

As coordenações de cursos e a coordenação de extensão utilizam os meios e canais de comunicação acima descritos, conforme suas necessidades específicas. A formação de grupos de Correio Eletrônico em cada coordenação também se constitui em meio facilitador de comunicação.

1.28.4.4 Relação de meios e canais de comunicação externa, estratégias e recursos de comunicação

Em relação à comunicação externa, a IES utiliza os veículos de comunicação de massa para tornar público programas, ações e atividades. Estes veículos são utilizados como instrumento de comunicação mercadológica para divulgação, principalmente de vestibular e para oferecimento de cursos de pós-graduação. Entre eles, mídia eletrônica (rádio e TV); mídia impressa regional (revistas e jornais); e outdoors.

1.29 Sistema de comunicação

O sistema de comunicação do UNIFAPI tem base em serviço de tecnologia da informação e comunicação, responsável por prover e dotar recursos de interação por meio de AVA, para que professores, estudantes e tutores mantenham relação no processo da formação. Organiza e dispõe informação fundamentada nos conteúdos afins aos programas, cursos e projetos desenvolvidos da EaD. Os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos nas modalidades presenciais e a distância são os mesmos, no entanto, as especificidades da modalidade EaD, nas quais professores, estudantes e tutores estão inseridos tornaram necessária a criação de serviços que suportem as demandas por interação entre os implicados no processo ensino-aprendizagem. O sistema de comunicação atende, prioritariamente, a essa interação.

1.30 Apoio ao discente

O UNIFAPI disponibilizará, tanto em sua sede como nos polos, profissionais com formação universitária específica para cada área do conhecimento, considerando os cursos ofertados pelo Centro Universitário. Eles orientam, conduzem e facilitam o processo de ensino e aprendizagem com os estudantes. A equipe de apoio é formada por:

- Coordenador do polo: responsável pelo funcionamento dos processos administrativos e pedagógicos que se desenvolvem na unidade. O coordenador deve conhecer os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos no polo de apoio presencial, estar atento às ações previstas nos calendários, especialmente aquelas que tratam das atividades de tutoria presencial. Deve também zelar pela disponibilidade de equipamentos e atualização da infraestrutura, viabilizando o acontecimento das atividades. O coordenador deve ter, no mínimo, titulação de graduação.

- Secretaria do polo: responsável pelo atendimento dos estudantes do polo de apoio presencial quanto ao recebimento, conferência e envio de documentos à secretaria acadêmica do Centro Universitário. É responsável também pela recepção e entrega de documentos solicitados pelo estudante por meio da Secretaria Virtual.
- Tutor presencial: o papel do tutor na modalidade EaD é fundamental para o desenvolvimento dos estudantes. Ele deve acompanhá-los no entendimento dos conteúdos propostos, ao desenvolvimento de atividades e a outros aspectos pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem.

Os principais meios e mecanismos de interatividade, atendimento, orientação e suporte do UNIFAPI são:

- Ambiente virtual de aprendizagem: são disponibilizados manuais, aulas instrucionais, guia do estudante, manuais explicativos, calendário acadêmico, secretaria virtual, material pedagógico, conteúdo para nivelamento e fórum;
- Secretaria Virtual: ferramenta disponibilizada exclusivamente aos estudantes, permite acesso às informações acadêmicas e financeiras, além de proporcionar permissão para solicitação e consulta de serviços. Dentro da Secretaria Virtual, é disponibilizado o Manual de Informações Acadêmicas;
- Material didático: o livro-texto atua como roteiro de estudo e fomento para reflexões, pesquisas e sistematização de ideias, incentivando a continuidade do processo de ensino-aprendizagem no AVA por meio da realização de exercícios, participação em fóruns de discussão;
- Polo de apoio presencial: são espaços físicos onde acontecem os encontros presenciais, orientações de estudos e atividades. Possui equipe de apoio capacitada para atender às demandas do alunado;
- Tutoria a distância: acompanha as teleaulas, medeia a interação com os estudantes, auxilia o professor e o coordenador do curso no desenvolvimento das atividades didáticas e participa dos fóruns;
- Participação dos discentes da EaD nas atividades de iniciação científica;

- Parcerias ou convênios do UNIFAPI com prefeituras de vários estados para a realização de estágios;
- Disponibilização de palestras *on-line* à comunidade acadêmica da EaD e à comunidade em geral;
- Sistema próprio de postagem de trabalhos acadêmicos e de atividades complementares;
- Acordo de cooperação do UNIFAPI com empresas para a atribuição de descontos aos estudantes;

2 DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

2.1 Denominação do curso

Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos

2.2 Modalidade

Educação a Distância (EaD)

2.3 Local de oferta

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (EaD) é ofertado nos polos de apoio presencial, bem como na sede do UNIFAPI.

2.4 Formas de ingresso

O UNIFAPI disponibiliza atualmente, como formas de entrada em seus cursos de graduação, o ingresso por vestibular e transferência, conforme editais publicados semestralmente.

2.5 Regime de matrícula

Seriado semestral.

2.6 Turnos de funcionamento

Os momentos presenciais ocorrem no período noturno. Outras atividades podem ocorrer em período integral, de acordo com o informado no calendário acadêmico.

2.7 Duração do curso

A carga horária do curso totaliza 1880 horas. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos tem o prazo mínimo de quatro semestres ou 2 para a integralização e no máximo dezesseis semestres ou oito anos.

2.8 Número de vagas

200 vagas anuais.

2.9 Relevância social do curso

No início da história da Administração de Empresas segundo Marras (2010), as pessoas eram vistas como um recurso a ser administrado, de forma que eram valorizadas unicamente por suas capacidades e conhecimentos necessários à prática profissional. Com base nesse ponto de vista, a área de Administração de Pessoas nasceu devido à necessidade de controlar os registros dos trabalhadores, com foco

único na tarefa, o que levou as pessoas responsáveis por tal área a serem rígidas e seguidoras de leis. Ainda de acordo com o autor, as mudanças quanto à valorização das pessoas nas empresas tiveram início quando grandes organizações patrocinaram estudos e pesquisas voltados para otimização de produtividade nas organizações, o que veio comprovar a necessidade de implantação da postura humanística nas relações de trabalho, reforçando a visão de que o homem é um ser social. Aqui surge a valorização das pessoas considerando: personalidade, valores, atitudes e objetivos pessoais. Para Chiavenato (1998) as organizações, para operar e funcionar dependem de pessoas para proporcionar-lhes planejamento, organização, direção e controle.

A partir de tais estudos, passa a haver reconhecimento das pessoas, não só como recursos a serem administrados, mas também como indivíduos considerados em seus talentos, valores e atitudes. Essas diferenças relacionadas às características pessoais advêm da condição do homem que se forma em sociedade e é resultado das interações humanas.

O ser humano é eminentemente social: ele não vive isoladamente, mas em contínua interação com seus semelhantes. Nas interações humanas, ambas as partes se envolvem mutuamente, uma influenciando a atitude que a outra irá tomar, e vice-versa. Devido às suas limitações individuais, os seres humanos são obrigados a cooperarem uns com os outros, formando organizações para alcançar certos objetivos que a ação individual isolada não conseguiria alcançar. A organização é um sistema de atividades conscientemente coordenadas de duas ou mais pessoas. A cooperação entre elas é essencial para a existência da organização. Uma organização somente existe quando:

Há pessoas capazes de se comunicar e que estão: dispostas a contribuir com ação conjunta; a fim de alcançarem um objetivo comum (CHIAVENATO, 1992, p. 23)

Chiavenato (1992) esclarece que a essência de uma organização são as atividades coordenadas de duas ou mais pessoas, o que exige a necessidade de capacitar os trabalhadores, não só tecnicamente, mas também em suas inter-relações, a fim de que os objetivos pessoais e organizacionais sejam alcançados.

Assim sendo, é fato que a comunicação deve ser clara para que haja conhecimento mútuo entre as partes, e deve haver trabalho em equipe, visto que a ação individual é insuficiente. Tal objetivo pode ser alcançado por meio da Administração de Recursos Humanos, área focada em administrar pessoas nas organizações, buscando satisfação das necessidades de ambos os lados.

De acordo com o estudo de Hawthorne, Elton Mayo (2011) comprova a importância das relações interpessoais no ambiente de trabalho como resultante direta no aumento da produtividade. Pautada na possibilidade de aumentar a vantagem competitiva, a Administração de Pessoas, paulatinamente, deixa de ser setor de “relações industriais” (controle com base em leis e metas de produtividade) e passa a ser “recursos humanos”.

A prática atual da administração dos recursos humanos ocupa um importante papel na sociedade pela capacidade em desenvolver estratégias de crescimento organizacional, o que é fundamental devido à globalização. Com a diminuição das barreiras protecionistas dos países, o desenvolvimento tecnológico se faz imprescindível em decorrência da acirrada competitividade entre as organizações.

Tal competitividade torna necessária a busca e a formação intensa e incessante de profissionais com conhecimentos sólidos, a fim de permitir que as organizações absorvam profissionais qualificados.

Nesse enfoque, destacam-se os profissionais formados em Recursos Humanos, que surgem com o objetivo de desenvolver capacidades pessoais e organizacionais. É imprescindível a eles o dinamismo, a visão estratégica das organizações, o raciocínio lógico e a flexibilidade, para que possa atuar no planejamento e administração de pessoas, uma vez que o sucesso organizacional advém das capacidades humanas.

A oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos decorre dessa necessidade de uma maior qualificação da força de trabalho e do desenvolvimento de competências, que são motivados pelos grandes desafios resultantes da globalização. Foi concebido, portanto, em consonância com a necessidade de contínua adequação às tendências contemporâneas de construção

de itinerários de profissionalização, de trajetórias formativas e de atualização permanente de acordo com a realidade laboral dos novos tempos.

Contempla um projeto pedagógico que garante formação básica sólida, com condições amplas e permanentes de ajustamento às rápidas transformações sociais geradas pelo desenvolvimento do conhecimento, das ciências e da tecnologia de gestão de recursos humanos, apontando para a criatividade e a inovação, condições básicas para o atendimento das diferentes vocações, para o desenvolvimento de competências e para a atuação social e profissional em um mundo exigente de produtividade e de qualidade dos produtos e serviços.

É em atenção à relevância social do curso e considerando a infraestrutura de que dispõe e também a experiência no uso de tecnologia da informação e comunicação, que o UNIFAPI coloca à disposição da população o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos na modalidade à distância (EaD).

Conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases, a educação a distância se configura como um importante instrumento de formação e capacitação de profissionais. Numa visão prospectiva, de prazo razoavelmente curto, é preciso aproveitar melhor a competência existente no Ensino Superior, para institucionalizar a oferta de cursos de graduação e iniciar um projeto de Centro Universitário aberto que dinamize o processo de formação de profissionais qualificados, de forma a atender às demandas da sociedade brasileira.

Nesses termos, o compromisso assumido pelo UNIFAPI é o de oferecer aos futuros administradores uma formação profissional básica e sólida, capaz de possibilitar-lhes competências com vistas a deixá-los aptos a atuar nas diferentes situações que emergem do cotidiano da população, bem como responder de forma competente às demandas que requerem sua atuação profissional.

2.10 Metas do Plano Nacional de Educação (PNE)

CRONOGRAMA DE METAS

METAS	AÇÕES	PRAZOS
<p>Promover a oferta dos cursos de graduação, na modalidade presencial e a distância, a atualização permanente dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) e a adoção das medidas da Comissão de Qualificação dos Cursos decorrente do relatório da CPA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a discussão, no âmbito dos cursos de graduação, acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de cada curso, das necessidades sociais e do mercado de trabalho, e dos avanços tecnológicos. • Atender às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, para as Políticas de Educação Ambiental e para a Educação em Direitos Humanos. • Realizar oficinas envolvendo as Coordenações de Cursos, contemplando os docentes e discentes do curso, visando à valorização dos PPCs. • Realizar reuniões com os Coordenadores de Curso visando o constante aprimoramento e cumprimento dos PPCs. • Buscar nos eventos de avaliação, promovidos pela instituição, elementos para o aprimoramento dos PPCs. • Diversificar os temas abordados nos conteúdos destinados à formação geral do aluno com a prática da leitura de temas atuais e a participação em eventos científicos e culturais. • Incentivar e otimizar o uso dos recursos tecnológicos e bibliográficos de naturezas diversas nas abordagens dos conteúdos por meio de estratégias que estimulem o desenvolvimento intelectual independente, por meio do auto aprendizado. • Incentivar o envolvimento do corpo discente em atividades de Iniciação Científica. • Enfatizar nas avaliações em geral as questões discursivas, considerando na correção o conteúdo da resposta e a forma gramatical da redação, em todas as disciplinas, com foco no desenvolvimento individual dos alunos. • Estruturar a avaliação da aprendizagem, com a participação dos professores envolvidos em cada semestre, desde o primeiro período, de forma a promover a articulação entre os conteúdos das diversas disciplinas, 	<p>2018/2027</p>

	<p>proporcionando aos alunos a visão interdisciplinar dos problemas do cotidiano profissional.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intensificar o acompanhamento das avaliações aplicadas ao corpo discente. • Conscientizar o corpo discente, por meio de palestras e encontros, sobre a importância de se comprometer com bons desempenhos nas avaliações internas e externas. 	
<p>Promover a oferta dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>, na modalidade presencial e a distância, em consonância com as normas estipuladas pelo Conselho Nacional de Educação e sua Câmara de Ensino Superior e a Capes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a atual oferta do ensino de pós-graduação nas localidades de oferta dos cursos e programas. • Fortalecer os diferenciais dos cursos e programas da instituição, para assegurar a adoção de padrões de excelência. • Garantir a permanente articulação da pós-graduação com a graduação. • Elaborar estudos a respeito das necessidades locais, garantindo a adequação da oferta às demandas da região de inserção do UNIFAPI. • Adotar estratégias de acompanhamento de egressos para a oferta de uma educação continuada e, conseqüentemente, ampliar o raio de atuação do UNIFAPI. 	2018/2027
<p>Expandir a oferta de cursos de graduação, modalidade a distância, mediante a criação de novos <i>campi</i> na Região Norte e Nordeste.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar os polos de Anápolis/GO, Araguaína/TO, Fortaleza/CE, Lagarto/MA, Macapá/AP e Mossoró/RN, com a oferta, em todos os Polos, de cursos criados por decisão do Conselho Universitário (Consuni). 	2022
	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do quantitativo de <i>Polos</i> nas regiões Norte e Nordeste, ofertando os cursos criados por decisão do Conselho Universitário (Consuni). 	2023
	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do quantitativo de <i>Polos</i> nas regiões Norte e Nordeste, ofertando os cursos criados por decisão do Conselho Universitário (Consuni). 	2024
	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do quantitativo de <i>Polos</i> nas regiões Norte e Nordeste, ofertando os cursos criados por decisão do Conselho Universitário (Consuni). 	2025

2.11 Demanda nacional do curso

O conhecimento científico e os avanços tecnológicos alteraram substancialmente a maneira de viver da sociedade, que passou a ter novas necessidades e, em decorrência disso, há cada vez mais desenvolvimento de tecnologias para saná-las.

No momento atual, a sociedade brasileira vem enfrentando grandes desafios em decorrência das modificações resultantes de novos conhecimentos científicos, o que exige condições para aproveitar as oportunidades surgidas no mercado nacional e internacional. Esses desafios associam-se a diversos fatores, dentre os quais se destaca a necessidade de uma maior especialização de mão de obra, provocada, nos últimos anos, pelos grandes desafios de competitividade e avanços tecnológicos referentes às atividades de recursos humanos, bem como pelo significativo aumento de sua importância no contexto organizacional, devido à valorização do capital intelectual.

Capital intelectual, segundo Antunes (2000), é a soma de conhecimentos existentes em uma organização, de forma que as ideias resultem em produtos e serviços. As organizações, com a competitividade acirrada devido à globalização, passaram a valorizar seus recursos humanos com base no fato de que a vantagem competitiva é resultado da capacidade mental coletiva, que desenvolve vantagem sustentável para a organização. É o capital intelectual que dá condições para aproveitar oportunidades; os recursos tecnológicos estão à disposição, a diferença está na utilização desses recursos pelas pessoas que compõem a organização.

As mudanças científico-tecnológicas estão se processando com velocidade cada vez maior nas últimas décadas, exigindo que as empresas revisem periodicamente suas estratégias de gestão de recursos humanos, principalmente para se adaptarem às novas realidades e obter maior competitividade no mercado nacional e internacional. E tais mudanças, aliadas aos impactos da globalização nas organizações, resultaram num mercado muito mais competitivo e exigente.

Em face dessas mudanças relacionadas à valorização do capital intelectual e da grande expansão do setor empresarial, a capacitação de profissionais com formação superior na área de Gestão de Recursos Humanos torna-se extremamente

necessária. As empresas necessitam cada vez mais de profissionais qualificados para a inovação contínua e para o crescimento da produtividade e da qualidade, conseguidos por meio da Administração de Pessoas; precisam de profissionais que propiciem novas alternativas e soluções para as empresas, utilizando-se dos mais modernos métodos e técnicas aplicados à provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoração dos recursos humanos.

A demanda por capacitação profissional exigiu que as instituições de Ensino Superior estivessem preparadas para produzir e difundir conhecimentos por meio da formação universitária, colocando a serviço da sociedade o saber profissional qualificado.

O Parecer CNE/CP nº29/2002, que trata das diretrizes curriculares nacionais no nível de tecnólogo, traz em sua página 30 um importante pensamento de Milton Vargas (1994) quanto ao aspecto estratégico desse profissional para o país:

As tecnologias industriais, embora bem-sucedidas, são em sua maioria importadas. Esta talvez seja a razão da atual crise em nossa indústria e da necessidade que ela sente em adquirir competitividade internacional. Para isso é possível que não nos falem nem engenheiros, nem cientistas competentes e nem um operariado habilidoso. O que evidentemente está faltando em nossa indústria e em nossos laboratórios de pesquisa são os tecnólogos. Isso comprova nossa tese de que tecnologia não é mercadoria que se compra, mas sim saber que se aprende.

Como reflete Vargas (1994), o Brasil está carente de profissionalizações específicas, ou seja, de tecnólogos que tenham condições de enfrentar as mudanças científico-tecnológicas que estão sendo processadas em uma velocidade cada vez maior nas últimas décadas; neste sentido, a formação de tecnólogos faz-se necessária.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos passa a ser mais valorizado, segundo a resolução n.º 3, de 18 de dezembro de 2002, com a reformulação da Constituição Federal de 1988 e pela Lei Darcy Ribeiro de Educação Nacional, que entende que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz o cidadão ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Nesse sentido, o Curso

Tecnológico em Gestão de Recursos Humanos supre a necessidade advinda da globalização de rapidez, qualificação e alocação de nova força de trabalho.

A instituição desse curso vem atender a essas inúmeras demandas que se apresentam na contemporaneidade, ao ser oferecido mediante um ensino de qualidade, humanístico, ético e cidadão. Além disso, em seu processo de implantação, privilegiaram-se regiões com grande carência de vagas no Ensino Superior, em especial na área específica em Gestão de Recursos Humanos. Aqui entra inclusive o oferecimento da modalidade EaD, que se propõe a democratizar informações e conhecimentos, trazendo flexibilização de tempo e favorecendo as relações facilitadoras de ensino e aprendizagem.

Foram critérios para o planejamento e organização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos oferecido:

1. o atendimento às demandas dos cidadãos e da sociedade;
2. a crescente demanda de trabalhadores pelas empresas instaladas em todo o país;
3. a conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e suas reais condições de viabilização;
4. a identificação de perfis profissionais próprios para o curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do país.

Com o intuito de estimular e contribuir para o desenvolvimento da gestão do conhecimento, a IES forma o tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos focado, principalmente, em otimizar os processos de práticas de gestão de pessoas, analisando, interpretando e articulando dados e informações de acordo com a cultura da empresa, de forma a suprir a necessidade de maior profissionalização dos colaboradores.

O curso propõe-se assim a capacitar o egresso a desenvolver estratégias de gestão de pessoas para aumentar a eficiência das ações nas empresas e áreas afins, de forma a construir no futuro profissional uma visão holística, com entendimento de

que o todo está além das partes. Isto significa que o entendimento de cada área da empresa não é suficiente, pois a adequada aplicação das técnicas pertencentes à área está na inter-relação entre as áreas, na interdependência entre os processos.

Com o rápido desenvolvimento tecnológico, há a constante necessidade de manter-se atualizado, por isso, a IES capacita o tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos para o mercado de trabalho com uma visão holística, ensinando-lhe técnicas e conhecimentos de gestão que lhe conferem o perfil empreendedor capaz de trabalhar a vantagem competitiva da organização por meio do capital intelectual. Dentro desse novo contexto, esse profissional é formado, segundo a importância da educação na forma tecnológica, de modo a acompanhar as necessidades de um mercado de trabalho tão dinâmico e em constante mutação.

Essa formação permite-lhe, assim, desenvolver soluções inovadoras para o mercado de trabalho, sendo apto a atuar no gerenciamento de processos ligados às práticas de gestão de pessoas, a lidar com equipes de trabalho, analisar, interpretar e articular dados e informações. São, portanto, muitas as aplicações profissionais que o tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos encontra para seus conhecimentos, de modo a contribuir para o desenvolvimento tecnológico da nação.

2.12 Histórico do curso

Os cursos de tecnologia tiveram sua origem na década de 1970, com a abertura dada pelo art. 18 da Lei nº 5.540, de 28/11/1968. Esse artigo permitia a abertura de cursos correspondentes a profissões não regulamentadas em lei na época, e organizados com a finalidade de atender às exigências de sua programação específica e as peculiaridades do mercado de trabalho regional.

Em 1970 deu-se a criação, em São Paulo, da Faculdade de Tecnologia – FATEC, e seus cursos adquiriram expressão nacional, mormente com o advento do Curso de Tecnologia em Processamento de Dados.

Até a década de 1980, a formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada, contudo, as organizações produtivas sofreram

impactos provocados pelo frequente emprego de novas tecnologias que, via de regra, alterou hábitos, valores e tradições que pareciam imutáveis.

Os grandes avanços de produtividade foram impulsionados pela melhoria da gestão empresarial, assim como pelo progresso científico e tecnológico.

O oferecimento dos cursos superiores de tecnologia ganhou um impulso após a prolação do Parecer CNE/CES n.º436/2001, de 2/04/2001, que disciplinou a educação para o trabalho.

O UNIFAPI engajou-se na política de aumento da oferta dos cursos superiores tecnológicos em 2008, passando a oferecer a oportunidade da obtenção do diploma de Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, por meio da autorização da oferta, prevista pela Portaria nº 600 de 13 de dezembro de 2007. Para 2022, com intuito de expandir a oferta dos cursos tecnológicos, o UNIFAPI pretende ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos na modalidade a distância.

2.13 Concepção de educação e currículo do processo de ensino-aprendizagem

O UNIFAPI define como princípios metodológicos do processo educativo a aprendizagem fundamentada na taxonomia de Bloom, para quem a aprendizagem está direcionada ao desenvolvimento da pessoa nos diversos aspectos de sua formação.

O Ensino Superior do UNIFAPI prioriza a aprendizagem centrada no estudante como sujeito que exerce ações voltadas à produção do conhecimento, à aquisição de habilidades, atitudes e valores. Essas ações são realizadas em parceria com o corpo docente, discente e a sociedade.

Nesse cenário, o professor exerce o papel de mediador e orientador do processo de ensino-aprendizagem para que a prática pedagógica consolide o desenvolvimento das habilidades e competências para a formação profissional.

Nesse sentido, os níveis de desempenho desejáveis ao estudante se dão por meio de três domínios do conhecimento: cognitivo, afetivo e psicomotor, considerando o pensar, agir e o sentir. Tais domínios estão assim entendidos:

- **Cognitivo:** vinculado à memória, ao desenvolvimento de capacidades e habilidades intelectuais;
- **Afetivo:** descreve mudanças de interesse, atitudes, valores e o desenvolvimento de apreciações e ajustamento adequado;
- **Psicomotor:** vinculado à área de habilidades manipulativas ou motoras.

Os princípios metodológicos definidos pelo UNIFAPI fundamentam-se em:

- a) Elaborar diagnóstico para verificar o perfil do calouro acadêmico;
- b) Oferecer programas de nivelamento visando dirimir as diferenças de conhecimentos mínimos necessários;
- c) Abordar os conteúdos de forma interdisciplinar;
- d) Alinhar os conteúdos teóricos à prática profissional;
- e) Desenvolver competências por meio de aulas teórico-práticas em sala de aula, laboratórios didáticos especializados e afins;
- f) Propiciar atividades em equipe, simulações, estágios, seminários, pesquisas, dentre outros;
- g) Pautar a vida acadêmica pelos princípios éticos;
- h) Utilizar linguagens adequadas (Libras e Braile) para acompanhamento especializado às pessoas com deficiência;
- i) Articular conteúdos entre as disciplinas do curso;
- j) Inteirar duas ou mais disciplinas de diferentes áreas do conhecimento;
- k) Estabelecer trocas de experiências entre estudantes, estudante-professor e estudante-professor-estudante;
- l) Utilizar diferentes mídias para articular a teoria e a prática nas diferentes modalidades de ensino;

m) Fomentar experiências educacionais voltadas à demanda de mercado e ao intercâmbio nacional e internacional.

Desta forma, o processo metodológico adotado no UNIFAPI pressupõe situações de aprendizagem para anteder os níveis de desempenho nos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor, assim desenvolvendo o processo do aprender, do conhecer, do fazer, do ser e do conviver.

2.14 O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do UNIFAPI

Para atender aos objetivos gerais e específicos do curso, é necessária a adoção de uma pedagogia que priorize a construção do pensamento do estudante, em substituição à mera reprodução do conteúdo, levando a uma formação crítica. Para isso, é necessário estimular a articulação dos conteúdos propostos com a vivência cotidiana do estudante, que pode assim exercitar a práxis social.

Assim, o processo educativo constitui-se em um processo de mão dupla que se instaura entre o saber científico e o saber que advém da experiência, e supõe o desenvolvimento de um modelo pedagógico com aulas partilhadas entre professores e discentes, que precisam ser vistos como sujeitos participantes do processo pedagógico, em vez de objetos receptores de conhecimento preexistente.

Supõe ainda a compreensão crítica da educação, em seu reconhecimento como prática determinada pela sociedade que, embora condicionada, pode contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas à medida que consiga assegurar a todos um ensino de qualidade, comprometido com a formação de profissionais conscientes de seu papel na sociedade.

A formação plena do cidadão envolve a incorporação de uma concepção crítica das relações existentes entre educação, trabalho e sociedade e de uma pedagogia que se inspire nessa concepção, garantindo ao estudante o acesso ao processo de produção de conhecimento, compreendido como decorrência das trocas que o

estudante estabelece na interação com o meio, cabendo ao professor exercer a mediação desse processo, tendo em vista a assimilação crítica e ativa de conteúdos significativos e atualizados.

Segundo Delors (1998), a prática pedagógica deve preocupar-se em desenvolver quatro aprendizagens fundamentais, que serão para cada indivíduo os pilares do conhecimento: **aprender a conhecer** indica o interesse, a abertura para o conhecimento que verdadeiramente liberta da ignorância; **aprender a fazer** mostra a coragem de executar, de correr riscos, de errar mesmo na busca de acertar; **aprender a conviver** traz o desafio da convivência que apresenta o respeito a todos e o exercício de fraternidade como caminho do entendimento; e, finalmente, **aprender a ser**, que talvez seja o mais importante por explicitar o papel do cidadão e o objetivo de viver.

Do ponto de vista institucional, essa filosofia se traduz no compromisso de acompanhar a evolução das potencialidades do estudante, adotando procedimentos que orientem seu processo de aprendizagem e estimulem a conscientização do compromisso com a sua própria formação não só profissional, mas também como cidadão responsável.

Na proposta pedagógica dos cursos do UNIFAPI, a atenção para a cidadania nunca é privilégio, mas condição de direito. O exercício da cidadania é visto como vivência cotidiana, pois as práticas sociais, políticas, culturais e de comunicação são dimensões que fazem parte da vida pública. O respeito ao outro, essencial à cidadania, também deve ser iniciado nas relações cotidianas: na família, na comunidade, no curso e no espaço de trabalho profissional.

O tratamento contextualizado dos conteúdos representa um recurso necessário para tirar o estudante da situação de expectador passivo. Assim, a metodologia de ensino procura o contexto mais próximo do estudante e mais facilmente explicável para dar significado e utilidade aos conteúdos de aprendizagem, como o da vida pessoal, do cotidiano e da convivência. O cotidiano e as relações estabelecidas com o ambiente social e físico deverão atribuir significado ao conteúdo curricular, fazendo a ponte entre o que se faz se vive e se observa no dia a dia.

Para viabilização do projeto pedagógico, o curso pauta-se em uma filosofia humanista e busca apresentar as transformações culturais, políticas e sociais que influenciam o desenvolvimento das organizações e sociedades para construir as bases da concepção do curso e promover uma atuação crítica e questionadora do estudante. Assim, valoriza-se a pluralidade de pensamento, entendendo o conflito de ideias como fecundo e importante para a formação pretendida.

Acredita-se que a visão de um curso de Recursos Humanos possa criar diferencial e transcender as próprias expectativas dos seus idealizadores, o que pressupõe a elaboração de elementos curriculares coerentes, a formação de equipes consistentes, o estímulo permanente a ações de controle eficazes que possibilitem a detecção de desvios e a imediata ação corretiva dos processos.

O planejamento das ações pedagógicas seguirá os ditames hierárquicos em relação à legislação vigente e às orientações do Centro Universitário, mas procurará construir elementos que se aproximem da realidade geopolítica dos diferentes polos, a fim de formar profissional cujos perfis sejam adequados para interagir em diferentes contextos.

Salienta-se, por fim, que no ambiente contemporâneo percebe-se a necessidade de formações desenvolvidas de modo sistêmico e integrado aos artefatos tecnológicos, a fim de que possam oferecer aos alunos as condições ideais para a aquisição de competências baseadas nos quatro pilares do conhecimento, isto é: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Isso se dá com a finalidade de traduzir o ativo acadêmico em resultados práticos, contribuindo de alguma forma na construção de um olhar mais crítico perante a sociedade, bem como corroborar com a cidadania, a coesão e o desenvolvimento social.

2.15 Objetivo do Curso

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos capacita os alunos por meio de métodos, técnicas e práticas modernas, a identificarem a

importância das pessoas no contexto de uma organização, possibilitando a atuação nos diversos subsistemas que compõem a área de Administração de Recursos Humanos, são eles:

- Provisão: objetivo de definir quem trabalhará na organização.
- Aplicação: tem como objetivo definir o que as pessoas farão na organização por meio do desenho e análise de cargos, como também avaliação de desempenho.
- Manutenção: pretende reter talentos na organização com remuneração e benefícios, saúde e segurança no trabalho e relações sindicais.
- Desenvolvimento: preparação (treinamento) e desenvolvimento de pessoas para a prática profissional.
- Monitoração: banco de dados, sistemas de informação e controles.

O curso visa à capacitação para o desenvolvimento de competências profissionais que se traduzam na gestão e negócios, especificamente em gestão de recursos humanos, criando condições para articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, valores e atitudes para responder, de forma original e criativa, com eficiência e eficácia, aos desafios e requerimentos do mundo do trabalho.

As diferentes modalidades de ensino oferecidas pelo UNIFAPI têm o objetivo de atender à demanda social de qualificação de mão de obra, utilizando como referência o uso da tecnologia da informação e da comunicação, com o objetivo de atingir pessoas com distintas realidades demográficas, proporcionando ensino de qualidade, visando à adequação de particularidades de tempo-espço de nosso alunado.

2.16 O curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Em atendimento à resolução CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, o curso apresenta a importância dos Direitos Humanos no mundo contemporâneo, de forma

articulada e transversal. Dessa forma, promove diálogos e debates que conduzam ao pensamento crítico e a análise sistêmica sobre o futuro da humanidade em prol da justiça econômica e social.

A cultura em Direitos Humanos, juntamente com a educação, é capaz de formar uma consciência coletiva voltada para o respeito às diversidades; trata-se, pois, de um processo sistemático de formação de sujeitos que transforma a sociedade em um seio igualitário.

A universalidade desencadeou uma forma ampliada de ver os Direitos Humanos. Para tanto, protagonizou-se um cenário de múltiplas visões nos mais diversos campos de atividades humanas. No entanto, para que essa multiplicidade de visões tenha respaldo é necessário utilizar a Educação como ferramenta extensora capaz de reverter aspectos culturais enraizados.

Assim, questões sobre os direitos humanos são contextualizadas ao longo da estrutura curricular do curso, e, mais especificamente, durante a disciplina "Direitos Humanos".

2.17 O curso e as políticas de educação ambiental

Em harmonia com a Política Nacional de Educação Ambiental e visando assegurar a aplicação transversal, contínua e permanente da educação ambiental nas disciplinas do curso, a concepção dos planos de ensino prevê a construção de valores, conhecimentos, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente, essencial à sustentabilidade ambiental, principalmente na disciplina curricular "Educação Ambiental".

Ainda nesse sentido, devido às suas características interdisciplinares, Práticas como Componentes Curriculares harmonizam-se com essa orientação, promovendo, semestre a semestre, de forma articulada, a transversalidade da educação ambiental nas disciplinas do curso, assegurando: a incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar; o estudo dos conhecimentos, tecnologias e informações relacionados à questão ambiental; a abordagem articulada das questões ambientais

locais, regionais, nacionais e globais; o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; e o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania. Adicionalmente, é oferecida a disciplina optativa “Desenvolvimento Sustentável”.

2.18 O curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

Em atendimento à resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, o curso apresenta, de forma articulada e transversal, o tratamento das relações étnico-raciais, bem como o das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes em disciplinas do curso e na disciplina “Relações Étnico-Raciais no Brasil”. Dessa forma, promove a divulgação e a produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem os alunos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas, preservando, assim, o respeito aos direitos legais e a valorização de identidade na busca da consolidação da democracia brasileira.

2.19 Perfil profissional do egresso

Trataremos aqui das competências essenciais, introduzidas no ambiente educacional a partir da LDB de 1996, e que se referem ao que o aluno deverá aprender e incorporar ao seu perfil profissional, a fim de que possa integrar-se ao mercado de

trabalho, devidamente capacitado para assumir as funções que lhe forem confiadas. Ou seja, o profissional estará capacitado quando possuir recursos para tomar decisões e/ou resolver situações-problema por operações mentais, devendo o professor para tanto criar condições para que ele adquira conhecimento e atue de forma autônoma, com condições de articular competências e saberes.

Competências compreendem o processo de absorção e desenvolvimento de qualidades associadas ao pensamento fundamentado, como teorias, estratégias, planejamento, conceito e resultados esperados.

Capacidade demanda o ato de vontade e o compromisso com o processo de transformação de conhecimentos pelas partes. Nesse caso a universidade é o agente estimulador e facilitador; e os estudantes, os agentes receptores que podem ou não se apropriar do conhecimento, dependendo do grau de determinação, da capacidade de apropriação e do comprometimento individual.

O processo de transformação do conhecimento não ocorre com a sua simples disponibilização, mas com a ação proativa do receptor. Cada aluno tem determinado nível de apropriação e de instrumentalização do conhecimento disponibilizado, conforme o contexto social, econômico e cultural de onde se origina.

Ao adquirir competências, o aluno deverá ser estimulado a encontrar seu uso prático para a aplicação do conceito, de modo a conjugar no mesmo nível a teoria e a prática, conforme se apresentar a sua própria realidade e os parâmetros identificáveis em seu contexto regional.

Cabe à universidade desenvolver os seus projetos de modo sistêmico, a fim de poder oferecer aos alunos as condições ideais para aquisição de competências, evitando-se o risco permanente de construir analfabetos profissionais que, de alguma forma, detêm o conhecimento teórico ou competências, mas não conseguem desenvolver capital intelectual.

No sentido de criar condições para que os profissionais egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos possam desempenhar suas funções nas organizações, criando e agregando valores, o conteúdo programático oferece os instrumentos necessários à capacitação, possibilitando ao futuro graduado a incorporação de competências. É nesse sentido que a universidade

contempla em seu plano de ensino elementos de conteúdo teórico, destinados a transformar e desenvolver competências e elementos de ordem operacional e vivencial.

O egresso do UNIFAPI deverá ter condições de atuar com respeito, compromisso com o outro, sigilo nas relações profissionais, honestidade e sociabilidade em relação ao público envolvido na sua atividade profissional, empenhando-se na construção da cidadania.

Quanto às áreas de atuação profissional, estará apto a atuar pela sua formação humanística e visão global que o habilita a compreender o meio social em seus aspectos político, econômico e cultural no qual está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente.

O curso desenvolverá no aluno de Gestão em Recursos Humanos competências para que possa atender às crescentes necessidades de administração de pessoas nas organizações, estabelecendo como filosofia a disponibilização do conhecimento científico, atuando como staff, na forma de estudo e produção, dentro de tecnologias atuais dos subsistemas de recursos humanos, a fim de manter a dinâmica do aprendizado em sintonia à realidade social e econômica.

Pretende-se formar profissionais éticos, com características de liderança e abrangências de conhecimentos, interessados por assuntos econômicos e legais, colaborador na pesquisa científica, inovador, com capacidade de responder, usando seu intelecto, de forma rápida e pronta, aos questionamentos inerentes ao seu trabalho, atendendo assim às necessidades crescentes de informações das empresas, sendo capaz de estabelecer planejamento estratégico com visão global e interna das organizações, agindo com consciência social e responsabilidade dentro de uma ênfase de gestão.

O tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos desenvolverá capacidades para atuar com dados técnicos das áreas ligadas à gestão de pessoas, como também entender conceitos e ferramentas relacionados às pessoas, agir sobre as relações estabelecidas nas organizações, empregar conceitos de liderança no trabalho em equipe e administrar conflitos. Para tanto, é necessário entender os diferentes tipos de organizações e o papel dos dirigentes nesse processo. O egresso terá condições

para classificar os subsistemas que compõem a administração de recursos humanos, utilizando tais dados de maneira estratégica, buscando os objetivos organizacionais, sendo que tais práticas acontecerão com base na aplicação de leis de maneira ética.

Ao egresso do curso caberá o compromisso de manter-se atualizado, compartilhando e disseminando conhecimentos sobre recursos humanos nas organizações.

Iniciativa e responsabilidade com relação à atividade profissional fazem parte do perfil do egresso, capaz de empreender e desenvolver competências para a inovação e a criação de alternativas para toda e qualquer situação na área de Gestão de Recursos Humanos.

2.20 Mercado de trabalho

Apesar das constantes transformações no mundo trabalho por conta dos avanços tecnológicos, o mercado para o Gestor de Recursos Humanos continua promissor. Isso porque, mesmo com a constante evolução de equipamentos e máquinas, existem atividades que apenas o ser humano é capaz de realizar. Neste cenário, o investimento no desenvolvimento e na capacitação das pessoas tem se tornado, cada vez mais, fonte de vantagem competitiva para as organizações.

Nesse contexto, o profissional de Recursos Humanos encontra possibilidade de atuação em diversas áreas, podendo acumular várias funções, como, por exemplo:

- Administrar o quadro de funcionários;
- Decidir cargos e salários;
- Realizar recrutamentos;
- Propor e implementar programas de treinamento;
- Assegurar os direitos dos funcionários;
- Propagar a cultura organizacional da empresa;
- Realizar ações internas que aumentem o engajamento dos funcionários;

- Definir contratações e lidar com a parte operacional das operações relacionadas a parte humana da empresa.

Dentre as possibilidades de atuação do profissional de Recursos Humanos, destacam-se na atualidade a atuação dos profissionais de seleção e recrutamento e de treinamento e desenvolvimento, por conta da atuação estratégica destes profissionais. A atuação nestes seguimentos contribui para o recrutamento e a retenção de talentos, diminuindo a rotatividade e influenciando diretamente na construção de resultados positivos para as organizações.

Neste sentido, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do UNIFAPI se compromete com a formação de profissionais éticos e cada vez mais preparados para os desafios atuais que se apresentam aos profissionais de Recursos Humanos.

2.21 Estrutura curricular

A estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do UNIFAPI observa as determinações legais presentes na Resolução CNE/CP n.º 03/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, nos Pareceres CNE/CES n.º 436/2001 e CNE/CP n.º 29/2002, homologados pelo Ministro da Educação em 12/12/2002.

Os princípios filosóficos, legais e pedagógicos que orientam a concepção e organização dos cursos superiores de tecnologia derivados do eixo tecnológico “Gestão e Negócios” estão presentes na estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do UNIFAPI.

O eixo tecnológico “Gestão e Negócios”, no qual está inserido o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, compreende tecnologias relacionadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de

planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação. Esse eixo caracteriza-se pelo uso de tecnologias organizacionais, viabilidade econômica, técnicas de comercialização, ferramentas de informática, estratégias de marketing, logística, finanças, relações interpessoais, legislação e ética.

Com base no referido eixo, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos definiu cinco núcleos norteadores para a estrutura curricular, considerando a ausência de pré-requisito, em função da escolha em manter uma estrutura com base nos princípios de flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática, possibilitando a aquisição de competências profissionais, a compreensão do processo tecnológico e incentivando o desenvolvimento da capacidade empreendedora.

Os núcleos norteadores são: Formação geral, Inter-relações nas organizações, Estratégia empresarial, Aplicação de recursos humanos e Legislação. Cada um dos núcleos possui objetivos e particularidades próprias, todas alinhadas às práticas de gestão organizacional. É através da inter-relação entre os núcleos que ocorre a interdisciplinaridade, de maneira a possibilitar diferentes olhares, com base na ampliação do saber. Da forma como estão representados nesta seção, podem ser considerados norteadores e possibilitam ao aluno o desenvolvimento de capacidades necessárias ao sucesso profissional e organizacional. Neste sentido, entende-se que o profissional formado pelo UNIFAPI terá condições de atuar com autonomia, continuando o percurso de desenvolvimento apontado nos esquemas, com base na “inconclusão” da capacidade humana.

Esses núcleos são trabalhados de forma inter-relacionada e estruturados para proporcionar o estabelecimento de disciplinas que contemplem a área de Recursos Humanos, considerando o enlace necessário entre a teoria e a prática. Para alcançar tal objetivo as disciplinas são oferecidas de forma a não contemplar somente dados técnicos específicos da área, mas dados gerais que possibilitam sua aplicação contextualizada.

O núcleo “Formação geral” tem a finalidade de proporcionar ao alunado do UNIFAPI a troca de conhecimento sobre âmbitos gerais que permeiam a sua vida profissional e social como cidadãos conscientes, críticos e reflexivos quanto à sua responsabilidade profissional. Possibilitam, ainda, o pensamento em soluções inovadoras, a partir de indagações e processos de instigação.

As disciplinas que pertencem a esse núcleo permitem aos alunos desenvolverem capacidades de análise, percepção e diagnóstico da situação empresarial e seus impactos sociais, sendo imprescindíveis ao gestor para o melhor direcionamento do negócio. Isto é, por meio do estudo das disciplinas de “Formação geral”, o futuro gestor de recursos humanos estará capacitado para atuar como staff nas organizações, prática amplamente difundida e necessária. Na Figura 3 estão representadas as disciplinas e competências vinculadas ao núcleo de “Formação Geral”.

Figura 3: Núcleo “Formação Geral” - Disciplinas e Competências



O núcleo “Inter-relações nas organizações” visa à melhoria da comunicação interna e externa das organizações, colocando como foco as relações interpessoais, considerando o indivíduo em seus diferentes papéis e características de

personalidade. Dessa forma é possível provocar estreitamento das relações, inclusive entre colaborador e organização, na busca da construção de vínculos que propiciem o alcance dos objetivos organizacionais, de forma a trazer motivação e satisfação aos envolvidos, possibilitando o posicionamento sólido das empresas e a construção da vantagem competitiva.

Estão estruturadas no núcleo “Inter-relações nas organizações” as disciplinas que proporcionam aos alunos do UNIFAPI entendimento sobre as peculiaridades das relações no mundo corporativo, associadas à comunicação e liderança. Tal núcleo contempla conceitos e práticas da língua portuguesa com foco em comunicação formal, que leva à facilitação das relações produtivas por meio de linguagem clara nas redações administrativas. Aborda, ainda, o estudo das relações entre as pessoas e entre estas e a organização, para que interajam melhor e proporcionem um bom ambiente de trabalho, o que é facilitado pelo conhecimento de fatores motivadores relacionados à liderança. Na Figura 4 estão representadas as disciplinas e competências vinculadas ao núcleo de “Inter-Relações nas Organizações”.

Figura 4: Núcleo “Inter-relações nas Organizações” – Disciplinas e Competências

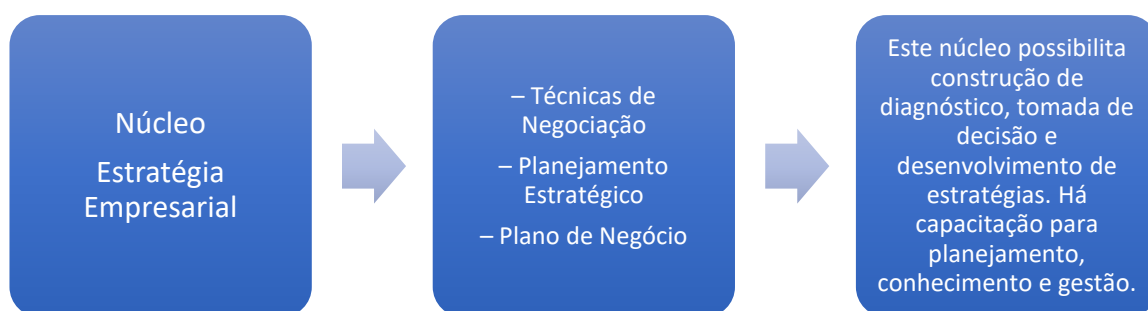


O núcleo “Estratégia empresarial” tem o objetivo de transformar o conhecimento em execução, possibilitando ao gestor o planejamento de ações em longo prazo. Este núcleo é composto por disciplinas que proporcionem lógica na

tomada de decisão, de forma a desenvolver novas condições para a organização com base em fundamentação estratégica.

No núcleo “Estratégia empresarial” há disciplinas que dão condições para a atuação de staff da área de Gestão de Recursos Humanos, em que é possível análise de ambiente e pertinência de propostas. Na Figura 5 estão representadas as disciplinas e competências vinculadas ao núcleo de “Estratégia Empresarial”.

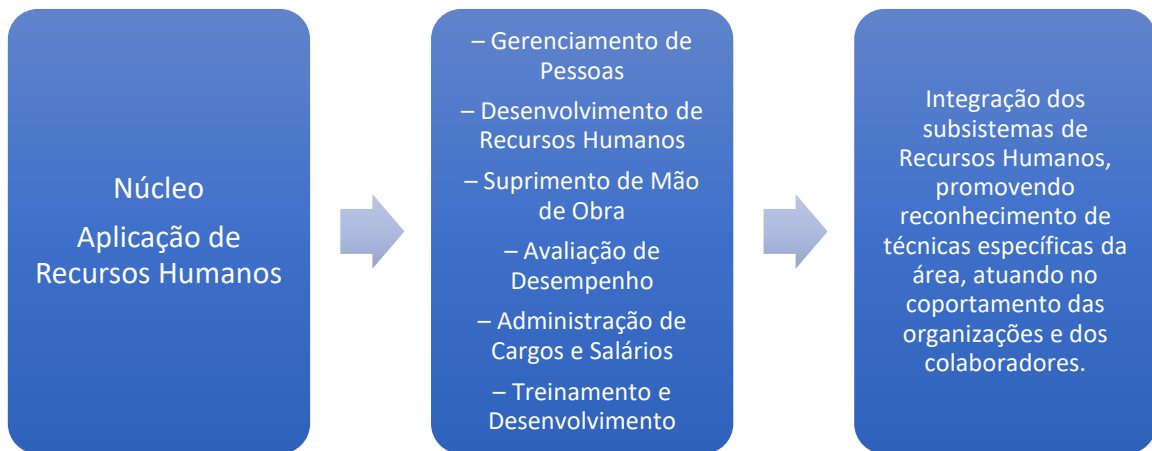
Figura 5: Núcleo “Estratégia Empresarial” – Disciplinas e Competências



O núcleo “Aplicação de recursos humanos” busca a integração de campos de estudos dos subsistemas de Recursos Humanos, no âmbito interno e externo à organização, com o intuito de estimular o aluno a buscar soluções e inovações quanto à administração de pessoas, de forma a impulsioná-las em direção aos objetivos organizacionais, trazendo satisfação para as partes envolvidas.

Fazem parte desse núcleo disciplinas que são estruturadas pelo conhecimento, reconhecimento e aplicação de técnicas específicas da área de Recursos Humanos, de forma a atuar no comportamento dos envolvidos, na produção de produtos e/ou serviços, nas pesquisas para levantamento de informações relacionadas ao planejamento de pessoal, que possibilitem o melhor aproveitamento da mão de obra a partir de atuação junto aos gestores de áreas, prestando consultoria interna, atuando como staff na organização. Na Figura 6 estão representadas as disciplinas e competências vinculadas ao núcleo de “Aplicação de Recursos Humanos”.

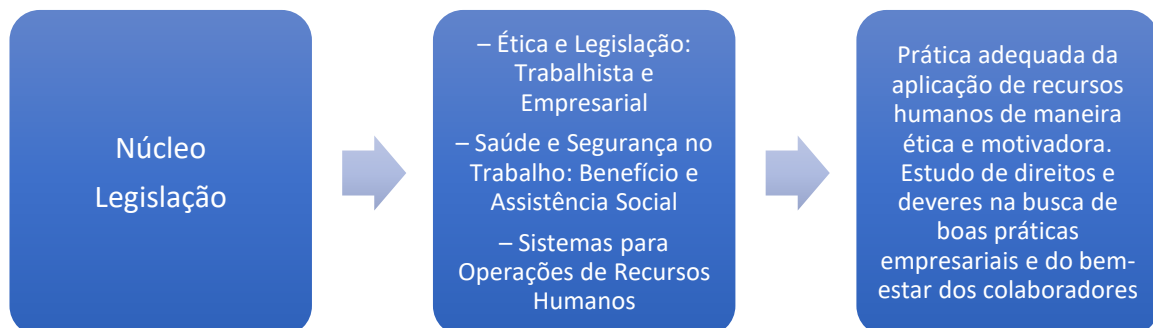
Figura 6: Núcleo “Aplicação de Recursos Humanos” – Disciplinas e Competências



O núcleo “Legislação” possibilita a prática adequada da aplicação de recursos humanos, objetivando o sucesso e alcance das metas da organização e dos envolvidos de maneira ética e motivadora, contando com padronizações necessárias e também com possibilidades de particularizar determinadas situações.

Esse núcleo é composto por disciplinas pautadas na promoção de direitos e deveres das partes envolvidas, de forma a cumprir a legislação vigente de cada ramo de atuação e dentro de boas práticas empresarias, sem deixar de lado as questões relacionadas ao bem-estar dos colaboradores. Na Figura 7 estão representadas as disciplinas e competências vinculadas ao núcleo de “Legislação”.

Figura 7: Núcleo “Legislação” – Disciplinas e Competências



Além disso, o aproveitamento de competências profissionais adquiridas no mundo do trabalho constitui importante mecanismo de flexibilidade da estrutura

curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos. O conhecimento adquirido pelos alunos na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. O aluno poderá requerer Certificação de Conhecimento Adquirido no Trabalho para aproveitamento em disciplinas ou atividades do curso, nos prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

Assim, enquadra-se no contexto do trabalho respondendo aos requerimentos, às tendências dos setores produtivos e à qualidade de vida dos trabalhadores e ao desenvolvimento socioeconômico. A contextualização e a atualização devem ocorrer no próprio processo de aprendizagem, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contextos para dar significado ao aprendido, sobretudo, por metodologias que integrem a vivência e a prática profissional, ao longo do processo formativo, e que estimulem a autonomia intelectual.

A estrutura curricular delineada para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos permite ainda a articulação entre teoria e prática dos conhecimentos científicos e tecnológicos próprios da área, de forma que o aluno reconheça a importância dos conhecimentos teóricos e perceba a sua aplicação prática. Tal meta é trabalhada no Projeto Integrado Multidisciplinar, contemplado em capítulo posterior.

A formação do tecnólogo em Gestão Recursos Humanos deve manter equilíbrio entre os aspectos teóricos e práticos da formação e assegurar a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências.

Além dos componentes curriculares, está prevista para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos a realização de atividades complementares, abordadas adiante.

O coordenador de curso desempenhará um papel integrador e organizador na implantação da estrutura curricular, planejada conjuntamente com o NDE e com o corpo docente, buscando favorecer a correlação dos conteúdos. No dimensionamento da carga horária de cada componente curricular, buscou-se a adequação ao desenvolvimento dos conteúdos programáticos previstos.

2.22 Matriz curricular

A seguir, apresenta-se a matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos para as modalidades ensino presencial e educação a distância.

A definição da matriz curricular levou em consideração o perfil desejado para o egresso do curso, observando a seleção de conteúdos necessários e as competências a serem desenvolvidas para se obter o referido perfil, como também a necessidade de:

- preparar os alunos para o mundo do trabalho, atendendo às novas demandas de trabalho e emprego;
- formar para a cidadania crítica;
- preparar para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade;
- formar para o alcance de objetivos comprometidos com o desenvolvimento harmônico;
- preparar para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios ético-filosófico-cultural-pedagógicos, que priorizem efetivamente a formação de pessoas, reconhecendo a educação como processo articulador/mediador indispensável a todas as propostas de desenvolvimento sustentável a médio e longo prazos;
- propiciar uma formação ética, explicitando valores e atitudes por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças culturalmente contextualizadas;
- possibilitar educação ambiental, em conformidade com a Lei n.º 9.795, de 27/04/1999, e Resolução CNE n.º 2/2012, de 15/06/2012. Atendendo ao que determina o art. 16, parágrafo único, a instituição inseriu na matriz do curso a

disciplina Desenvolvimento Sustentável cujo conteúdo programático cumpre com as exigências da política ambiental.

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS			
Disciplinas Primeiro Semestre	Sem	CH	Núcleo
Introdução à ead (obrigatória para a modalidade)	1º	20	NFG
Fundamentos de administração	1º	60	NFG
Comunicação empresarial	1º	60	NIRO
Técnicas de informática	1º	30	NFG
Economia e mercado	1º	60	NFG
Recursos materiais e patrimoniais	1º	60	NFG
Matemática aplicada	1º	30	NFG
Estudos disciplinares	1º	30	NFG
Projeto integrado multidisciplinar	1º	100	NFG
Total do semestre ead		450	

Disciplinas segundo semestre	Sem	CH	Núcleo
Gerenciamento de pessoas	2º	60	NARH
Contabilidade	2º	60	NFG
Estatística aplicada	2º	30	NFG
Desenvolvimento de recursos humanos	2º	60	NARH
Suprimento de mão de obra	2º	60	NARH
Dinâmica das relações interpessoais	2º	30	NIRO
Estudos disciplinares	2º	30	NFG
Projeto integrado multidisciplinar	2º	100	NFG
Total do semestre ead		430	

Disciplinas terceiro semestre	Sem	CH	Núcleo
Modelos de liderança	3º	60	NIRO
Avaliação de desempenho	3º	60	NARH

Matemática financeira	3º	30	NFG
Plano de negócio	3º	30	NEE
Administração de cargos e salários	3º	60	NARH
Ética e legislação: trabalhista e empresarial	3º	60	NL
Estudos disciplinares	3º	30	NFG
Projeto integrado multidisciplinar	3º	100	NFG
Total do semestre ead		430	

Disciplinas quarto semestre	Sem	CH	Núcleo
Treinamento e desenvolvimento	4º	60	NARH
Saúde e segurança no trabalho: benefício e assistência social	4º	60	NL
Desenvolvimento sustentável	4º	30	NFG
Planejamento estratégico	4º	60	NEE
Técnicas de negociação	4º	60	NEE
Sistemas para operações de rh	4º	30	NL
Estudos disciplinares	4º	30	NFG
Projeto integrado multidisciplinar	4º	100	NFG
Disciplina optativa	4º	20	
Total do semestre ead		450	

Atividades complementares (integra todos os núcleos)		
Atividades Complementares	CH	120

Composição da carga horária		
Disciplinas obrigatórias	CH	1740
Atividades complementares	CH	120
Disciplina optativa	CH	20
Total	CH	1880

LEGENDA
NFG – Núcleo de Formação Geral
NIRO – Núcleo Inter-relações nas Organizações
NEE – Núcleo Estratégia Empresarial
NARH – Núcleo Aplicação de Recursos Humanos
NL – Núcleo Legislação
DISCIPLINAS OPTATIVAS
Língua Brasileira de Sinais – Libras Marketing Pessoal Relações Étnico-raciais e Afrodescendência Educação Ambiental Atuação junto ao idoso
CH – CARGA HORÁRIA

2.23 Disciplinas Optativas

Como forma de flexibilizar o currículo, ampliar a formação geral dos estudantes e com o objetivo de formar um profissional com alguns diferenciais, o UNIFAPI oferece as disciplinas optativas: Atuação Junto ao Idoso, Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Educação Ambiental, Língua Brasileira de Sinais e Marketing Pessoal, para que o estudante exerça a sua livre escolha entre uma ou outra. As disciplinas optativas são gratuitas e ofertadas no 4º período do curso. Os planos de ensino estão disponíveis no Volume II.

2.24 Disciplinas de nivelamento

O Centro Universitário oferece um programa de revisão de conteúdos de diversas disciplinas ministradas no Ensino Médio. Ele abrange os principais conteúdos os quais boa parte dos universitários – recém-ingressantes ou veteranos – apresenta dificuldades para acompanhar durante os cursos superiores.

O discente com necessidades de nivelamento de conteúdos básicos pertinentes ao Ensino Médio poderá acessar pelo site <<http://www.fapi-pi.edu.br/aluno/nivelamento.asp>> o “Conteúdo On-line” e assistir videoaulas, rever teorias, fazer exercícios propostos e se autocorriger por meio do conceito de solução apresentado no gabarito sobre o assunto que desejar, por número de vezes ilimitados. Este serviço é gratuito. Dessa maneira, o discente poderá recorrer ao sistema durante todos os semestres letivos.

O conteúdo é composto por um “sistema on-line de revisão básica de conteúdo” que oferece a oportunidade de rever assuntos escolares fundamentais que, de acordo com a aplicação, se tornam pré-requisito para que o discente obtenha desempenho satisfatório. As seguintes disciplinas estão disponíveis: Português, Matemática, Biologia, Física, Química, Geografia e História.

2.25 Atividades complementares

As atividades complementares estão contempladas na organização/matriz curricular de todos os cursos superiores de tecnologia do UNIFAPI. As atividades complementares são componentes obrigatórios, constituídos por toda e qualquer atividade não prevista no desenvolvimento dos currículos dos cursos superiores de tecnologia do UNIFAPI, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do aluno, vinculadas ao ensino, à pesquisa ou à extensão.

Devem possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências fora do ambiente escolar, estimulando a prática de estudos transversais, opcionais, interdisciplinares, de constante atualização profissional, relacionadas, sobretudo, nas relações de trabalho estabelecidas durante os cursos e integradas principalmente com as especificidades e singularidades regionais e locais em que a instituição está inserida.

Os alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos devem integralizar, ao longo do curso, 120 horas de atividades complementares, conforme estabelecido no projeto pedagógico.

2.25.1 Objetivos

O objetivo é desenvolver nos estudantes a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades do currículo, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, trabalhando conteúdos diversos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo curso de graduação.

Constituem objetivos gerais a serem alcançados com o desenvolvimento das atividades complementares nos projetos pedagógicos dos cursos:

- Complementar a formação profissional, cultural e cívica do aluno pela realização de atividades extracurriculares obrigatórias, presenciais ou a distância.
- Contribuir para que a formação do futuro egresso seja generalista, humanista, crítica e reflexiva.
- Despertar o interesse dos alunos para temas sociais, ambientais e culturais.
- Estimular a capacidade analítica do aluno no estudo e na avaliação de situações novas.
- Auxiliar o aluno na identificação e resolução de problemas, com uma visão ética e humanista.
- Integrar alunos de cursos distintos e ampliar seu escopo de interesses.
- Incentivar o aluno na participação de projetos e ações sociais.
- Promover situações que exijam posturas de tomadas de iniciativas e revelem o espírito empreendedor dos alunos.

- Compartilhar o conhecimento e a vivência acadêmica com as comunidades externa e interna.
- Incentivar procedimentos de investigação científica.

Essas atividades abrangem um leque de alternativas, incluindo palestras, leituras, atividades culturais (filmes, peças teatrais, coral), cursos de extensão, exposições, feiras, eventos cinematográficos, competições esportivas, fóruns de discussão, conferências, workshops, visitas ligadas à área de abrangência do curso ou quaisquer outras atividades de cunho pedagógico que sejam de interesse do aluno. Essas atividades serão realizadas em dias e horários convenientes aos alunos e poderão ter relação direta ou indireta com o curso.

Segue a listagem das atividades oferecidas nos cursos superiores de tecnologia:

- Visitas técnicas (empresas e museus – parte administrativa – visão de empresa/estrutura).
- Atividades científicas (participação em congressos, seminários, palestras, defesas de dissertação e tese).
- Atividades culturais (filmes – acervo próprio e/ou cinema, teatro, teatro infantil, shows, feiras, exposições, patrimônios culturais, cidades históricas, museus, memoriais etc.).
- Atividades assistenciais (voluntariado).
- Palestras TV WEB.
- Palestras ao vivo no polo de apoio presencial.
- Atividades esportivas (torneios, jogos, cursos de dança etc.).
- Produção acadêmica (artigos publicados em jornais e/ou revistas – trabalho feito pelo aluno e publicado).

- Cursos extracurriculares (línguas, extensão, treinamento, disciplinas optativas).
- Visitas a instituições (incluindo escolamodelo, creches, berçários, Sesi, Sesc, Senac, Senai, ONGs com assistência educacional, laboratórios de pedagogia (microensino e multimeios), hospitais e clubes com brinquedoteca).
- Participação em fóruns (participação em fóruns de discussão).
- Leituras (livros, materiais publicados em jornais, revistas ou periódicos e artigos referentes ao curso ou disciplina).
- Estágios (remunerados ou não remunerados) apenas para os cursos de gestão.

O regulamento das atividades complementares está disponível no apêndice II.

2.26 Estudos disciplinares (ED)

Os Estudos Disciplinares (ED) complementam a formação por meio de teleaulas e exercícios com conteúdo atual e essencial para a formação do gestor de recursos humanos. Os exercícios visam o aprofundamento dos temas apresentados nessas teleaulas. Seu escopo é estimular o estudante a adquirir maior conhecimento em sua área de atuação.

2.27 Concepção de avaliação

A avaliação do estudante deve servir para medir seu rendimento acadêmico e para estimular a manutenção do desempenho positivo. O crescimento ao longo do processo de formação deve ser valorizado, considerando-se: os objetivos do curso e as qualidades desenvolvidas pelo indivíduo, apontando-se as insuficiências observadas e os caminhos para superá-las.

O sistema de avaliação é concebido na perspectiva de garantir o desenvolvimento de competências no processo de formação. Nesse sentido, a avaliação destina-se a induzir a aprendizagem, de modo a favorecer o percurso e regular as ações que orientam e incentivam sua formação. Desse modo, a avaliação não se destina a punir os que não alcançam o que se pretende, mas a ajudar cada estudante a identificar melhor as suas necessidades de formação e empreender o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento no próprio desenvolvimento profissional.

O sistema de avaliação não deve incidir sobre elementos a serem memorizados, mas na verificação da capacidade de refletir sobre o conhecimento, de questioná-lo e de (re)construí-lo dos pontos de vista científico, metodológico e político.

Avaliar não é só o conhecimento adquirido, mas a capacidade de acioná-lo e de buscar outros para realizar o que é proposto. Avaliar significa verificar não apenas se os estudantes adquiriram os conhecimentos necessários, mas também se, quando e como fazem uso deles para resolver situações-problema (reais ou simuladas) relacionadas, de alguma forma, com o exercício da profissão.

Dessa forma, a avaliação se dá mediante critérios explícitos e compartilhados com os estudantes, priorizando que o objeto de avaliação representa uma referência importante para quem é avaliado, tanto para a orientação dos estudos como para a identificação dos aspectos considerados mais relevantes para a formação em cada momento dos cursos.

A avaliação é entendida como um processo a ser desenvolvido durante o período letivo. Ela apresenta determinadas especificidades que são regulamentadas pela instituição. As formas de avaliação no curso seguem os critérios de avaliação e promoção do UNIFAPI e são adequadas às especificidades de formação do futuro educador.

Para isso, são utilizados instrumentos variados, tais como: prova escrita individual presencial, produção e apresentação de textos, pesquisa bibliográfica e de campo, relatórios e fichas de leitura de textos, comentários escritos de livros lidos, resolução de exercícios práticos, desenvolvimento por meio dos projetos e atividades

que relacionam a teoria e a prática no desenvolvimento dos planos de ensino das disciplinas do curso.

A avaliação da aprendizagem no AVA leva em conta todo o percurso acadêmico do estudante e permite o acompanhamento de frequência e nota, a partir do desenvolvimento de questionários e atividades, entre outros, possibilitando, ainda, a oportunidade de evolução e melhoria contínua por meio da revisão e feedback.

Estimula-se a autoavaliação, possibilitando a autocorreção dos exercícios, questionários e atividades, de modo que o estudante possa acompanhar sua evolução e rendimento escolar. Para tanto, o sistema oferece as respostas comentadas das atividades propostas, assim que o estudante as desenvolve e as salva no sistema em que, automaticamente, abre-se a oportunidade de verificação e de proficiência. Incentiva-se também o estudante a buscar esclarecimentos e avançar em seu conhecimento, revendo os materiais disponíveis e recorrendo aos tutores a distância e aos tutores presenciais sempre que necessário. O acesso ao AVA permite ao professor acompanhar o estudante e ao estudante avaliar o seu progresso nas disciplinas, atividades, exercícios e trabalhos.

As ferramentas de interação e comunicação com o corpo docente são compostas por e-mails, fóruns de discussão e utilização do contato telefônico, mas também podem ocorrer presencialmente, no polo de apoio presencial, por meio dos professores consultores e/ou tutores presenciais. A partir desses instrumentos, é possível traçar um perfil das dificuldades vividas pelo estudante e promover orientações individualizadas, materializadas formalmente pelos docentes e tutores, acompanhando o desenvolvimento do estudante no curso.

Uma vez detectadas dificuldades específicas, promovem-se aulas de apoio com a disponibilização de material complementar, podendo ser utilizados tanto a teleaula quanto o texto complementar, além de um acompanhamento mais individualizado por parte dos tutores e professores. A avaliação presencial complementa o processo. Ela é feita no polo presencial de apoio no qual o estudante está matriculado, seguindo o calendário acadêmico.

Detalhes sobre os procedimentos de avaliação podem ser verificados no Regimento Geral da IES e no Manual do Aluno.

2.28 Gestão acadêmico-administrativa e os processos de avaliação (CPA/Enade)

A autoavaliação não é uma atividade nova no UNIFAPI; pelo contrário, está inserida no cotidiano institucional. Em consonância com as normas legais em vigor, com fundamento nos incisos VIII e IX do art. 9º da Lei nº 9.394/96 e, em especial, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e que dá competência à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), para estabelecer critérios e estratégias para o processo de avaliação da Educação Superior, esta IES implementa a sua avaliação institucional por meio de modalidades de autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da Conaes.

Este Projeto Pedagógico de Curso é orientado pelos princípios e normas de avaliação institucional, previstos no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Regimento Geral. Tem o compromisso com propósitos da avaliação institucional, garantindo seu desenvolvimento por meio de mecanismos de autoanálise do processo realizado, visando à melhoria da qualidade acadêmica e desenvolvimento do curso em consonância com desenvolvimento institucional.

Do processo de autoavaliação do curso, participa ativamente, além da coordenação do curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) em articulação com a CPA.

Privilegia-se uma avaliação da qualidade do curso, a partir dessa perspectiva, enfatizando o conceito de autoavaliação e sua prática pelos membros da comunidade acadêmica, com objetivo de conhecer sua própria realidade, detectando pontos fracos e fortes, colhendo dados e analisando-os para orientação da tomada de decisões, visando à melhoria da qualidade do curso. Logo, promove-se reuniões periódicas com os gestores, docentes e representantes discentes, visando à identificação de problemas e orientação, bem como manter possíveis mudanças e inovações exigidas pelo mercado.

Considera-se fundamental a participação de todos os envolvidos no curso na construção, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso para alcance dos princípios difundidos em sintonia com o PDI, verificando a compatibilidade entre perfil e qualificação da formação, com as normas regimentais e o contexto da realidade da área.

Alguns meios utilizados para a autoavaliação institucional são:

- I. **Para o corpo docente:** reuniões pedagógicas de avaliação, coleta de dados e análises a fim de construir um diagnóstico institucional e propor possíveis mudanças;
- II. **Para o corpo discente:** questionários de avaliação da instituição, dos docentes e da eficácia do aprendizado;
- III. **Para o corpo técnico-administrativo:** avaliação qualitativa do conhecimento de procedimentos nos setores administrativos, de secretaria e de atendimento, mediante reuniões com os funcionários.

Vale notar que a IES está atenta aos procedimentos de avaliação externos, a exemplo do Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Para tanto,

- Propõe atividades que contemplam os conteúdos solicitados;
- Acompanha os boletins oficiais de desempenho;
- Discute os resultados dos cursos em reuniões de colegiados e retorna as apreciações para o corpo discente; e
- Propõe sugestões para melhorar desempenhos futuros.

A autoavaliação, além do caráter qualitativo, adota uma perspectiva quantitativa, pela análise numérica dos resultados. A abordagem qualitativa busca

compreender o ponto de vista dos envolvidos quanto ao posicionamento interno e externo da instituição. Já a abordagem quantitativa, parte dos resultados e os traduz em termos de parâmetros estatísticos; nela, a quantificação é enfatizada como fator de discussão do objeto em avaliação. Informações mais detalhadas podem ser obtidas junto à CPA (Comissão Própria de Avaliação).

2.29 Atividades da Tutoria

O desenvolvimento da educação a distância em todo o mundo está associado à popularização e democratização do acesso às tecnologias de informação e de comunicação. No entanto, o uso inovador da tecnologia aplicada à educação deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes efetiva interação no processo de ensino-aprendizagem, comunicação no sistema com garantia de oportunidades para o desenvolvimento de projetos compartilhados e o reconhecimento e respeito em relação às diferentes culturas e de construção do conhecimento.

Portanto, o princípio da interação e da interatividade é fundamental para o processo de comunicação e devem ser garantidos no uso de qualquer meio tecnológico a ser disponibilizado. Tendo o estudante como centro do processo educacional, um dos pilares para garantir a qualidade deste curso a distância é a interatividade entre CPA, NDE, coordenador de curso, professores, tutores e estudantes. Hoje, este processo é facilitado pelo avanço das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Ancorados no sistema de comunicação que permite ao estudante resolver, com rapidez as questões referentes ao material didático e seus conteúdos, bem como aspectos relativos à orientação de aprendizagem como um todo, os tutores presenciais e a distância tornam-se os articuladores entre os estudantes, docentes, colegas, coordenadores de curso, além de promover sua integração com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo.

Para atender às exigências de qualidade nos processos pedagógicos são oferecidas e contempladas, prioritariamente, as condições de telecomunicação (telefone, correio eletrônico, videoconferência, fórum, AVA etc.), promovendo a interação que permite aproximação entre o coordenador de curso, professores, tutores e estudantes.

Da mesma forma como a interação entre coordenador-professor-estudante, coordenador-tutor-estudante e professor-tutor-estudante deve ser privilegiada e garantida, a relação entre colegas de curso também necessita ser fomentada. Essa é uma prática capaz de contribuir para evitar o isolamento e manter um processo instigante, motivador de aprendizagem, facilitador de interdisciplinaridade e de adoção de atitudes de respeito e de solidariedade ao outro, possibilitando ao estudante o sentimento de pertencimento ao grupo.

Portanto, a cadeia de relacionamento do tutor estende-se à equipe multidisciplinar, que trabalha em parceria para potencializar o processo de ensino-aprendizagem, sendo que a atuação de todos deve ser sinérgica em prol do estudante em suas atividades acadêmicas cotidianas.

Assim, o UNIFAPI EaD disponibiliza uma série de vídeos e treinamentos voltados à atuação do tutor a distância e presencial. Realiza-se periódica e sistemicamente um treinamento geral dirigido à equipe de tutoria, docentes coordenadores de polo, além da equipe técnico-administrativa e pedagógica.

Além do treinamento semestral, disponibilizamos vídeos específicos de orientação, por curso e área, para os tutores. Tais vídeos são acompanhados de momentos de interação e discussão entre os tutores presenciais e a distância, por meio dos chats e fóruns de comunicação.

O cronograma de treinamento é disponibilizado pela coordenação da tutoria, divulgam-se os temas selecionados para cada período, e cada tutor recebe seu certificado de capacitação de cada curso/treinamento/palestra que participou.

O objetivo da tutoria é proporcionar aos estudantes um acompanhamento personalizado e permanente do seu percurso escolar, num esforço de definição de procedimentos que viabilizem um processo de ensino/aprendizagem de excelência.

A relação de Tutoria apoia-se no desenvolvimento de um clima de proximidade, confiança e respeito mútuo, com vista à identificação e concretização dos objetivos acadêmicos do estudante, numa perspectiva de autonomia. O papel do tutor é essencialmente de mediação e de resolução acadêmicos dos estudantes.

São atributos do tutor:

- I. Auxiliar na integração dos estudantes, promovendo as relações interpessoais e de grupo, mediando atividade a serem desenvolvidas;
- II. Encorajar e motivar, por meio do reconhecimento das dificuldades inerentes à integração na IES, do apoio do ponto de vista acadêmico, e do reforço positivo face aos resultados alcançados;
- III. Orientar, aconselhando na definição dos planos de estudo e opções de avaliação;
- IV. Diagnosticar potencialidades e dificuldades, identificando os “pontos fortes” e os “pontos fracos” do estudante;
- V. Monitorar o percurso acadêmico, fornecendo um feedback apropriado ao estudante para que possa melhorar o seu desempenho, numa lógica de responsabilização
- VI. Informar a coordenação do curso sobre eventuais problemas detectados no exercício da atividade de tutoria.

A tutoria a distância e tutoria presencial são os elos que completam a cadeia comunicacional entre a IES e o estudante. O enlace entre esses grupos tutoriais permite o desenvolvimento adequado das atividades pedagógicas, assim como aprofunda o vínculo do tutorando com o curso e, por conseguinte, com a instituição. O rol de atividades é composto por:

- Conhecer a estrutura e o funcionamento do curso e do sistema de ensino;

- Dominar a estrutura do curso nos âmbitos acadêmico, pedagógico e administrativo;
- Orientar os alunos nas atividades do curso, acompanhando e prestando as orientações necessárias à sua realização;
- Esclarecer dúvidas quanto ao conteúdo das disciplinas, buscando respostas junto à equipe pedagógica como um todo: professor e coordenação do curso;
- Realizar a mediação entre professor, aluno e conteúdo, atuando potencialmente no processo de construção coletiva do conhecimento;
- Acompanhar sistematicamente o resumo da situação de cada aluno, como também em relação à sua frequência eletrônica das disciplinas;
- Colaborar para o aprimoramento do aprendizado do aluno, com vistas à prevenção no tocante aos processos de reprovação e evasão, procurando estimulá-lo à progressão contínua e ao desenvolvimento adequado em seu curso;
- Motivar os alunos para a necessidade de estabelecer rotinas de estudo, necessárias ao aprimoramento de sua aprendizagem, visando à aquisição de competências, habilidades e atitudes que o tornem responsável pelo controle de seu estudo;
- Conhecer o processo de produção, transmissão e apresentação das teleaulas;
- Mediar com o professor chats e fóruns de discussão, conforme houver necessidade;
- Conhecer o projeto pedagógico do curso;
- Assistir às teleaulas e acompanhar os conteúdos relacionados às disciplinas; e
- Estimular a responsabilidade e o comprometimento do aluno em todas as atividades do curso, reforçando sempre a responsabilidade necessária do aluno quanto ao cumprimento dos procedimentos, normas, padrões e prazos definidos pela instituição de ensino.

2.29.1 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

O tutor é especializado na área de conhecimento em que atua e desempenha suas funções, em conjunto com o corpo docente, articulado pelas diretrizes originadas na Coordenação do Curso e o corpo docente. Logo, o tutor participa da construção e da gestão do conhecimento do estudante, por meio da tecnologia. As habilidades requeridas para o bom desenvolvimento no processo de tutoria são:

- Destreza para mediar as discussões entre o docente e o estudante por meio de telefone;
- Prática para orientar o estudante em relação ao modo de realização das atividades obrigatórias ao longo do curso, esclarecendo dúvidas sobre os conteúdos;
- Aptidão para conduzir o estudante de forma que este se adeque aos parâmetros e exigências da IES;
- Sagacidade para facilitar a compreensão do conhecimento teórico científico e sua aplicação prática;
- Ser astuto para articular a interdisciplinaridade exigida pelo curso;
- Perspicácia e flexibilidade na apreensão das pluralidades brasileira, acolhendo adequadamente as regionalidades;
- Ter competências comunicacionais e fluidez no relacionamento interpessoal; e dominar as TICs disponibilizadas.

2.29.2 Capacitação de Tutores

A IES disponibiliza uma série de vídeos e treinamentos voltados à atuação do tutor a distância e presencial. São realizados, a cada início de semestre, treinamento

geral voltado a toda a equipe de tutoria e docentes coordenadores de polo, além da equipe técnico-administrativa e pedagógica na sede.

Além do treinamento semestral, são postados no sistema, vídeos específicos de orientação, por curso e área, para os tutores. Tais vídeos são acompanhados de momentos de interação e discussão entre os tutores presenciais e a distância, por meio dos chats.

Durante o semestre letivo, os tutores também passam por treinamentos e palestras, a fim de capacitá-los e prepará-los para o dia a dia. Esse cronograma é divulgado e contém os temas propostos para cada período, e o tutor recebe seu certificado de capacitação de cada curso, treinamento e/ou palestra que participou. A IES tem aperfeiçoado o programa de capacitação de tutores, que será constantemente atualizado e ampliado conforme as áreas e suas especificidades. Em específico, destacam-se os seguintes eixos de capacitação:

Capacitação no domínio específico do conteúdo

- **Pós-Graduação em Formação em EaD**

O UNIFAPI EaD, em prol da melhoria contínua, incluiu no elenco de cursos a pós-graduação em Formação em EaD lato sensu, voltada e disponibilizada a toda a equipe com 100% de bolsa. A IES preza por oferecer e estimular o aperfeiçoamento acadêmico, visando à qualidade do ensino.

- **Capacitação em mídias de comunicação**

Treinamentos voltados às ferramentas utilizadas pelos tutores: AVA e Lyceum.

- **Tutoria presencial**

O treinamento tem o objetivo de trabalhar o atendimento prestado ao estudante. Contém dicas e informações importantes sobre o atendimento telefônico, via e-mail, etiqueta, procedimentos, bem como atividades práticas realizadas no polo (como chat, palestras, provas etc).

Capacitação em fundamentos da EaD e no modelo da tutoria

- **Treinamentos semestrais**

São realizados a cada início de semestre, voltados às informações e inovações do período. Servem para trabalhar com os tutores as situações das áreas, como: trabalhos de cursos, estágios, calendários, palestras e encontros presenciais.

- **Treinamento da tutoria presencial e tutoria a distância**

Tem a finalidade de estreitar os laços entre os tutores. Orienta sobre o atendimento ao estudante, as particularidades de cada curso e área. Plataforma e ambiente comum aos tutores, possui informações gerais sobre os procedimentos e calendários. São abordadas também as informações sobre a tutoria a distância.

- **Atividades complementares**

O treinamento serve de orientação para os tutores sobre os procedimentos adotados na validação, verificação e aceitação da entrega das atividades complementares dos estudantes. Fornecemos também o manual que contém as orientações para a tutoria a distância e presencial quanto à utilização da ferramenta virtual de validação e verificação.

- **Orientações sobre EaD e perfil do estudante**

A participação dos tutores presenciais nos treinamentos a testada pelo AVA e pela emissão de certificados. O material disponibilizado no AVA durante o ano letivo, e os tutores podem acessá-lo e revê-lo. Frequentemente, acontecem chats que auxiliam no esclarecimento de dúvidas e orientações aos tutores presenciais.

2.30 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O suporte tecnológico distribui-se em três dimensões: uma dimensão ampla (que congrega os meios necessários para o desenvolvimento pedagógico dos cursos), uma dimensão de recursos de interação para o acompanhamento dos estudantes e uma de avaliação.

Neste projeto pedagógico, elucidam-se as especificidades da EaD, que originam demandas de interação entre os implicados no processo. Para tanto, detalham-se a seguir os sistemas de informação utilizados na veiculação dos conteúdos pertinentes.

2.30.1 Moodle

A plataforma utilizada para a publicação de conteúdo no SEPI é o Moodle. Ele conta com as principais funcionalidades disponíveis nos ambientes virtuais de aprendizagem e é composto por ferramentas de avaliação, comunicação, disponibilização de conteúdo, administração e organização. Por meio dessas funcionalidades, é possível dispor de recursos que permitem a interação e comunicação entre os estudantes, professores e tutoria, a publicação do material de estudo em diversos formatos de documentos, a administração de acessos e a geração de relatórios.

No ambiente virtual de aprendizagem Moodle, o estudante tem acesso ao material pedagógico, disponibilizado por disciplina, além dos recursos de interação que permitem o diálogo entre os estudantes, professores e a equipe de tutoria.

O material de cada disciplina é publicado de acordo com plano de ensino e seguindo a proposta do calendário acadêmico de realização dos encontros presenciais. A publicação de material, módulo a módulo, facilita o acompanhamento do estudante sobre o conteúdo no AVA.

2.31 Material Didático

O material didático utilizado é desenvolvido em sintonia com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no PDI da Instituição, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Projeto Pedagógico do Curso. Seu uso é precedido de avaliação por especialistas externos, que sugerem e orientam a adoção de medidas visando ao seu aperfeiçoamento. O conjunto de mídias, selecionado para desenvolver as competências específicas propostas do curso, respeita as características socioeconômicas dos diferentes grupos de estudantes.

Após sua produção, o material é disponibilizado no AVA atende às lógicas distintas de concepção, linguagem e tempo. A convergência e a integração entre as diversas mídias são garantidas pelas equipes multidisciplinares, constituídas por especialistas: em conteúdo, em desenvolvimento de páginas web, em desenho instrucional, em ilustração, em diagramação, em revisão do material produzido, dentre outros, como determina o artigo 1º do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

2.31.1 Livro-texto

Os livros-textos produzidos observam os seguintes critérios:

- Exercem a função de um mediador privilegiado, atuando como roteiro de estudos;

- Contêm sugestões de atividades que fomentam reflexões, pesquisas e a sistematização de ideias;
- Ensejam relações com o campo de conhecimento, além de outros “olhares” e possíveis saberes que esse campo incita;
- Compõem “trilhas” com várias possibilidades de acesso, instigando o estudante a procurar outros tipos de fontes para estudo;
- Inserem-se em uma rede de diferentes tipos de materiais – livros, filmes, artigos etc. – cuja composição permite atingir os objetivos propostos para a formação dos estudantes;
- Utilizam ícones padronizados;
- Inserem imagens e gráficos;
- Apresentam ao menos dois exercícios por módulo, que estimulam a reflexão, a aplicação e a ampliação do conhecimento, oferecendo a resposta de um exercício no livro e de outro na plataforma.

A elaboração do livro-texto é realizada de forma dialógica, ancorada no tripé educador-educando-objeto de conhecimento, permitindo ao estudante agir, refletir e interagir no desenrolar da ação pedagógica. O livro-texto deve fomentar a reflexão, levando a busca de informações em outras fontes e a descobrir novos caminhos e apropriar-se dos conhecimentos gerados e adquiridos. Esse processo contínuo considera o estudante como um agente ativo e capaz de auto avaliar o seu progresso no decorrer do curso.

O texto dialógico estabelece uma conversa amigável entre o autor e o leitor, desenvolvendo o senso crítico e levando a compreensão sobre a relevância do conteúdo do texto para seu cotidiano e prática profissional. O conteúdo deve contemplar a ementa da disciplina e compor um todo coeso, integrando, de forma contínua e complementar, as suas diferentes partes: unidades, tópicos, reflexões, atividades, bibliografia, gráficos e imagens.

O docente conteudista é o profissional especialista que redige o material didático da disciplina e/ou produz material para o ambiente virtual de aprendizagem e/ou grava o conteúdo nas mídias, áudio e vídeo (quando for o caso). Ele recebe orientações sobre a utilização das diversas mídias e participa de treinamentos.

No Departamento de Revisão, são verificados: originalidade do texto, padronização, coesão, coerência, clareza, vícios de linguagem, uso incorreto da Língua Portuguesa, ortografia e adequação aos padrões estruturais adotados pela IES.

O Departamento de Educação Digital reúne profissionais com conhecimentos técnicos de produção e configuração de possibilidades de estruturação visual e é responsável pela diagramação do texto. Uma vez diagramado, o livro-texto passa por uma última revisão e é enviado ao coordenador do curso que, juntamente com o docente conteudista, verifica o material finalizado, liberando-o para impressão e envio ao Departamento de Planejamento – Controle de Materiais, que o disponibilizará ao docente que produzirá os materiais didáticos da disciplina e ao departamento responsável pela inserção dos materiais no AVA.

2.31.2 Materiais didáticos da disciplina

Podem ser utilizados numa determinada disciplina os seguintes materiais: *slides*, questionários, exercícios, textos complementares, fóruns e Estudos Disciplinares (ED), dentre outros. Sua disponibilização e veiculação é gerenciada pela equipe multidisciplinar. O material é submetido às seguintes etapas:

- Recebimento e controle;
- Revisão ortográfica e uso correto da Língua Portuguesa;
- Diagramação;
- Liberação para inserção no AVA;
- Geração de imagens;

- Liberação para gravação das teleaulas; e
- Liberação para a Tutoria.

2.31.3 Teleaulas

A equipe multidisciplinar distribui o conteúdo pedagógico das unidades, respeitando a carga horária definida na matriz curricular e organiza a sua apresentação aos estudantes. As teleaulas são gravadas de acordo com a organização do calendário acadêmico.

As teleaulas, com duração de uma hora, são divididas em blocos, sendo que, ao final de cada bloco, o professor propõe uma questão referente ao tema abordado. O bloco seguinte inicia-se com um comentário do professor referente à atividade proposta no bloco anterior. A separação em blocos tem o objetivo de tornar a aula mais dinâmica e interativa.

É importante ressaltar que todas as teleaulas são realizadas com intérprete de libras, o que permite às pessoas com deficiências acompanharem o conteúdo ministrado pelo professor.

As teleaulas são gravadas em estúdio e editadas por profissionais e são enviadas ao departamento de Educação Digital, que prepara o link e realiza a sua inserção no AVA. O docente da teleaula é acompanhado no estúdio por um tutor da área da disciplina.

2.31.4 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

O estudante necessita de orientações claras quanto as possibilidades da EaD sobre o funcionamento do curso, dos mecanismos de interações e comunicação disponíveis para uma aprendizagem colaborativa. Para introduzir o estudante ao universo da EaD, produzem-se teleaulas, diversos vídeos, normas e calendários acompanhados de manuais e guias digitalizados no AVA, que:

- Abordam a plataforma utilizada (AVA);
- Apresentam as abas e ferramentas disponíveis;
- Orientam a navegação dos fóruns e do sistema de mensagem (tecnológicos de comunicação);
- Disponibilizam o calendário acadêmico;
- Disponibilizam as disciplinas e conteúdos programáticos, bem como as atividades e exercícios propostos.

Os docentes coordenadores de cada curso elaboram as aulas inaugurais e instrucionais nas quais os estudantes, além de conhecerem as particularidades do curso, interagem com o coordenador e com os docentes de apoio. Nessas aulas, realizadas com a presença do estudante, os coordenadores:

- Explicitam o processo de ensino-aprendizagem a ser desenvolvido no semestre;
- Apresentam as disciplinas;
- Informam como a equipe de docentes acompanhará o processo pedagógico;
- Informam como interagir com a equipe multidisciplinar;
- Transmitem informações sobre o calendário, atividades, critérios e mecanismos de avaliação; e
- Explicam as funções das pessoas que acompanharão os estudantes no polo, a equipe presencial, tutoria a distância, docentes e coordenadores.

Alinhado à sua missão e vocação, o UNIFAPI contribui para a inclusão digital do estudante, inserindo-o no contexto educacional, social e cultural do Ensino Superior do País. O esforço de inclusão norteia a equipe da EaD no desenvolvimento e planejamento das ações pedagógicas utilizadas ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Da mesma forma, o desenvolvimento do material didático

busca ultrapassar barreiras geográficas e regionais. Em suma, a perspectiva interacionista é vista como essencial para esse processo. A equipe de docentes desenvolve os materiais didáticos do AVA, atendendo às necessidades específicas de cada disciplina e respeitando os referenciais de qualidade propostos para a Educação de Ensino Superior a Distância.

2.31.5 Gestão acadêmico-administrativa

A secretaria acompanha a vida escolar dos estudantes desde o seu ingresso na IES, orientando os procedimentos relacionados às matrículas e renovações destas, verificação da documentação e pedidos de emissão de serviços solicitados pela Secretaria Virtual. Controla, também, os documentos referentes à conclusão do curso, o encaminhamento para execução e registro de diplomas, assim como a sua retirada.

Para o bom funcionamento da secretaria, foram padronizados alguns procedimentos. Após a aprovação no processo seletivo, o próprio candidato deve realizar sua matrícula. Nesse ato, ele recebe o contrato e, ao aceitá-lo, torna-se responsável pelo acesso ao sistema e pela impressão do boleto.

A matrícula somente é efetivada após o pagamento da primeira parcela do curso e a entrega do contrato de prestação de serviços educacional devidamente assinado e dos documentos pessoais e de escolaridade. O UNIFAPI utiliza, para gerenciamento do sistema de controle acadêmico, o Lyceum.

3 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

3.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por membros escolhidos dentre os docentes do Curso de Gestão em Recursos Humanos, que possuam, no mínimo, titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação lato sensu. É constituído

pelo coordenador do curso, que será o presidente nato do NDE, e por, pelo menos, quatro docentes do curso.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
- II. Estabelecer o perfil profissional do egresso do Curso;
- III. Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso;
- IV. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular sempre que necessário;
- V. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso;
- VI. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VII. Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico
- VIII. Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Conselho do Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

O NDE do curso de Gestão de Recursos Humanos EaD do UNIFAPI reúne-se, ordinariamente, por convocação de seu presidente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Gestão de Recursos Humanos, possui regulamento próprio, de acordo com a legislação vigente, disponível no Apêndice II. A composição do NDE atende ao disposto na Resolução CONAES nº1 de 17 de junho de 2010 e se constitui com, no mínimo, 5 professores do curso, 60% de sua composição com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, a totalidade dos membros com regime de trabalho parcial ou integral.

3.2 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar do UNIFAPI é responsável pelo planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância da IES. Sua composição contempla integrantes de diferentes áreas que atuam de forma integrada pela excelência dos cursos em EaD do Centro Universitário. Participam da equipe os seguintes profissionais:

- **Docente da disciplina:** profissional que faz o planejamento da ação pedagógica interage e orienta os estudantes nos momentos programados, com os tutores a distância e presenciais, se necessário; elabora os instrumentos de avaliação do estudante; efetua a correção das questões discursivas com a equipe de tutores a distância; organiza e participa de fóruns;
- **Docente supervisor:** profissional capacitado em EaD que supervisiona as atividades acadêmicas que permeiam o processo ensino-aprendizagem junto aos polos;
- **Docente coordenador de curso:** profissional responsável pela coordenação de toda a equipe de docentes da área. Conduz, direciona e orienta os profissionais envolvidos no processo de EaD. Trabalha de forma integrada com o grupo, estimulando a reflexão crítica sobre os conteúdos e as demais ações;
- **Coordenador do polo:** profissional responsável por todas as ocorrências que envolvem o processo acadêmico-administrativo no polo;
- **Tutor à distância:** profissional especializado na área de atuação, que trabalha diretamente ligado à coordenação do curso e aos docentes. Auxilia os estudantes no processo de ensino-aprendizagem e no uso das diversas tecnologias como *e-mail*, telefonia, material didático, AVA *etc.* Em suma, o tutor atua como facilitador do contato entre o estudante, a instituição e o conteúdo, podendo mediar discussões com os docentes das disciplinas e com os estudantes devidamente matriculados em tais espaços;
- **Tutor presencial/professor consultor (terminologia da IES):** profissional habilitado na área específica de atuação e com conhecimento tecnológico. Orienta os estudantes com relação ao AVA e os auxilia na organização dos estudos;

facilita a interação dos estudantes no polo; auxilia a realização dos estágios e das atividades complementares e esclarece os procedimentos acadêmicos;

- **Corpo técnico-administrativo:** o corpo técnico-administrativo é constituído por profissionais qualificados para as funções exercidas. São selecionados pelo Departamento de Recursos Humanos da entidade mantenedora, atendendo à solicitação dos numerosos setores de atividades da Instituição.

3.3 Formação acadêmica e profissional

O corpo docente é constituído por profissionais cujas trajetórias de formação e experiências são coerentes com as disciplinas ministradas e com o projeto do curso. Os professores são estimulados à educação continuada, tanto pelo oferecimento, pelo UNIFAPI, de cursos de extensão e pós-graduação (com descontos), como pelo subsídio em participações em eventos e apresentações e publicações de trabalhos em geral.

No entanto, a atuação do docente ultrapassa os limites dos conteúdos das disciplinas, pois este deve estar atento ao cumprimento da missão do UNIFAPI, com atitudes de “respeito à dignidade da pessoa e aos seus direitos fundamentais, proscurendo quaisquer formas de discriminação”.

O corpo docente participa ativamente dos eventos de extensão do Centro Universitário, tanto em sua concepção como em sua realização, envolvendo toda a comunidade acadêmica em programas sociais e culturais.

Para ingresso, os professores são selecionados localmente pelos coordenadores, em um processo seletivo que inclui análise do *Curriculum Lattes* e uma “aula-teste”, sendo suas indicações submetidas às instâncias superiores para aprovação. Os requisitos exigidos para a docência são:

- **Titulação acadêmica:** privilegia-se os candidatos com melhor titulação, compatível com as disciplinas a serem ministradas. A titulação mínima aceitável é a de especialista;
- **Formação não acadêmica:** privilegiam-se os candidatos com maior formação, ainda que não acadêmica (treinamentos empresariais, cursos de extensão, cursos de atualização, entre outros);
- **Experiência acadêmica:** privilegiam-se candidatos com maior e melhor experiência acadêmica;
- **Experiência profissional:** para disciplinas mais específicas, o requisito experiência é fundamental. Já para as disciplinas de formação geral, a experiência não é um requisito eliminatório; porém, mesmo assim é desejado.

3.4 Regime de trabalho

Todos os professores são contratados no regime de Consolidação das Leis do Trabalho. Conforme constante no PDI do Centro Universitário, o regime de trabalho do corpo docente está previsto nas seguintes modalidades:

- **Regime integral:** com exigência de 40 horas semanais de trabalho, com pelo menos 50% fora de sala de aula;
- **Regime em tempo parcial:** com exigência de 12 horas de trabalho efetivo, com pelo menos 25%, fora de sala de aula; e
- **Regime de horas-aula:** também denominado horista, quando não satisfaz nenhum dos dois critérios anteriores.

3.5 Coordenador do curso

Para o exercício do cargo de Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, são exigidos os seguintes requisitos:

- Titulação acadêmica compatível com a sua missão de liderar educadores do Ensino Superior;
- Experiência profissional;
- Experiência acadêmica suficiente para permitir uma visão adequada da realidade do Ensino Superior;
- Acompanhamento continuado e abrangente da evolução do mundo, tanto no que diz respeito às carências das organizações quanto no que trata dos avanços nas práticas de gestão; e
- Capacidade de liderar equipes.

3.6 Administração acadêmica – colegiado de curso

Dadas as características de atuação do Centro Universitário, para cada curso, o colegiado de curso, conforme previsto no Estatuto do UNIFAPI, é formado pelo coordenador, cinco representantes do corpo docente e um representante do corpo discente.

O Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos é órgão de natureza consultiva e auxiliar, com função de analisar e propor medidas didático-pedagógicas para o funcionamento do curso e para a sua integração nos diversos programas de ensino, de pesquisa e extensão.

3.7 Composição e funcionamento do Colegiado de Curso

A Coordenação Didática do Curso de Gestão de Recursos Humanos fica a cargo do Colegiado de Curso, composto pelos seguintes membros: coordenador do curso, docentes e representante discente.

O Colegiado do Curso é um órgão normativo, consultivo e de planejamento acadêmico. Tem por finalidade promover a coordenação pedagógica e a interação do Curso Superior de Gestão de Recursos Humanos e de áreas afins.

São atribuições do Colegiado de Curso:

- I. Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão normas para a concessão de láurea acadêmica aos concluintes dos cursos de graduação e pós-graduação;
- II. Aprovar o planejamento das atividades do curso incluindo a programação da semana acadêmica, proposta pela Coordenação de Curso;
- III. Aprovar, para encaminhamento ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o projeto pedagógico de curso, assim como suas alterações, observadas as diretrizes gerais pertinentes e a legislação em vigor;
- IV. Manifestar-se, quando consultado, sobre processos de matrícula, aproveitamento de estudos, trancamento, cancelamento, reingresso, transferência, monitoria, bolsas, adaptação e dependência de aluno;
- V. Elaborar regulamento referente à organização e ao funcionamento do Colegiado de Curso, para aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- VI. Encaminhar proposta de normas para o desenvolvimento e verificação da aprendizagem de estágio, trabalho de conclusão de curso, monografia, disciplinas com características especiais e outras, contidas no currículo do curso, a serem aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- VII. Exercer quaisquer outras atribuições que, por sua natureza, lhe estejam afetas;
- VIII. Emitir parecer nos recursos que envolvam questões referentes à verificação da aprendizagem e do rendimento escolar;

- IX. Sugerir à Pró-Reitoria Acadêmica, para os encaminhamentos necessários, os procedimentos a serem adotados para as diversas formas de processo seletivo de ingresso no curso;
- X. Sugerir e apreciar medidas que visem ao aperfeiçoamento das atividades acadêmicas do curso;

3.8 Apoio didático pedagógico aos docentes

Os professores são estimulados à educação continuada, tanto por oferecimento da IES de cursos de extensão e pós-graduação (com descontos), como pelo subsídio em participações em eventos, apresentações e publicações de trabalhos em geral. Neste quesito, destaca-se o Sistema de Ensino Presencial Interativo – SEPI, que combina ensino presencial e à distância, permitindo que o professor concilie suas atividades de ensino com seu aprimoramento profissional.

A IES também oferece programas de apoio à pesquisa como o “Programa Individual de Pesquisa para Docente”, que tem por objetivo promover o desenvolvimento de investigações científicas e destina-se aos professores dos programas de mestrado e doutorado e/ou integrantes dos grupos de pesquisa que possuam o título de doutor.

O UNIFAPI dispõe de uma organização estrutural que oferece apoio direto ao docente, tais como: revisão (conteúdo e ortografia), planejamento pedagógico (agendamento de teleaulas, treinamento audiovisual aos novos professores e diagramação do material eletrônico) e tutoria a distância (acompanhamento em estúdio das teleaulas e chat atividade).

4 DOS RECURSOS E INFRAESTRUTURA

4.1 Instalações Físicas da Sede

A fim de concretizar seus objetivos institucionais e formar o egresso com o perfil descrito, o UNIFAPI conta com infraestrutura que, de fato, possibilita o desenvolvimento das atividades propostas no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos. Para tanto, destacam-se:

- Todas as salas de aulas são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, com iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade. Todas as salas possuem multimídia, quadro branco, mesa de professor, mural e cesto de lixo;
- Laboratórios capazes de proporcionar a execução de atividades laboratoriais de acordo com o plano de ensino proposto no Projeto Pedagógico do curso de Gestão de Recursos Humanos. Assim, o UNIFAPI oferece laboratórios de informática capazes de atender plenamente as demandas do curso;
- Áreas de convivência – constituem um espaço que estimula a liberdade, o prazer e o convívio social e que responde às exigências funcionais de uso, de racionalidade construtiva;

Portanto, as instalações físicas são inteiramente adequadas às funções a que se destinam.

4.1.1 Gabinetes de trabalho para professores de tempo integral

Para os professores em regime de tempo integral são disponibilizados espaços de trabalho que favorecem a permanência do corpo docente no ambiente da Instituição. O Núcleo Docente Estruturante, por sua vez, ocupa sala adequada e próxima dos gabinetes dos professores em tempo integral e coordenação de curso.

4.1.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

A coordenação do curso de Gestão de Recursos Humanos ocupa uma sala bem dimensionada, dotada de iluminação, ventilação, mobília e aparelhagem de microcomputadores com acesso à internet.

4.1.3 Sala de professores

Nas instalações físicas do UNIFAPI há sala de professores, com banheiro privativo para os professores, equipada com microcomputadores com acesso à internet, que atende às condições de salubridade e aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, sofá, televisão, armários individuais, frigobar, conservação e comodidade necessária às atividades propostas.

4.1.4 Salas de Aula

Todas as salas de aula são bem dimensionadas, com iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as necessidades.

O campus onde funciona o curso de Gestão de Recursos Humanos, conta com 26 salas de aula, todas climatizadas, com iluminação adequada e carteiras confortáveis. O UNIFAPI dispõe em suas salas de aula, condições de acessibilidade: livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); rampas que facilitam a circulação de cadeira de rodas, elevador e carteiras especiais para maior comodidade.

4.1.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O número de equipamentos existentes no Laboratório de Informática da UNIFAPI é suficiente para o atendimento do às atividades do curso de Gestão de Recursos Humanos na sede do UNIFAPI, bem como aos demais cursos. A IES conta

com 2 laboratórios de informática que somam no total 50 computadores, disponíveis aos alunos, para pesquisa, além de 03 computadores na biblioteca para consultas. O UNIFAPI visa sempre a melhoria no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e está sempre atenta em atender a demanda.

4.1.6 Infraestrutura de acesso para portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida

4.1.6.1 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

Conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003, o UNIFAPI atenta também ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às suas dependências, o UNIFAPI determinou políticas que reconhecem as necessidades diversas dos alunos, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas, ao que foram observados os seguintes itens:

- I. Para os alunos portadores de deficiência física: livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com a eliminação de barreiras arquitetônicas assegurando o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;
- II. Para os alunos portadores de deficiência visual, proporcionará, caso seja solicitada e conforme a legislação em vigor, sala de apoio, disponível do ingresso à conclusão do curso;

- III. Para os alunos portadores de deficiência auditiva, oferecerá, caso seja solicitada e conforme a legislação em vigor, estrutura disponível do ingresso à conclusão do curso;
- IV. Para os professores, alunos, funcionários e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, o UNIFAPI pode proporcionar, além de ajuda técnica, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente da oferta de cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas;
- V. Para a comunidade, a oferta de campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças.

4.1.7 Biblioteca

A biblioteca desempenha um importante papel na execução da missão organizacional da instituição. O sistema de gestão utilizado é o *Pergamum*, que permite o controle do acervo e da circulação em ambiente *online*, dispensando a necessidade de instalação de softwares e possibilitando que a consulta ao catálogo seja feita a partir de qualquer micro conectado à internet. O catálogo online dos sistemas *Pergamum* permite consulta por filtros de assunto, autor, título e biblioteca, estando disponível no site acadêmico 24 horas por dia por meio da internet. Tendo como suporte o sistema *Pergamum*, o serviço de referência da biblioteca disponibiliza para o corpo discente e docente os seguintes serviços:

- Pesquisa bibliográfica;
- Empréstimo domiciliar;
- Renovação *online* (feita pelo próprio usuário por meio da internet);
- Reserva *online* (feita pelo próprio usuário por meio da internet);
- Intercâmbio de material entre bibliotecas;

- Consulta local;
- Elaboração de referências bibliográficas (ABNT);

O UNIFAPI tem assinatura com duas bibliotecas virtuais: Minha Biblioteca e Pearson (Biblioteca Universitária), onde toda comunidade acadêmica pode acessar o acervo.

A Minha Biblioteca é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livro acadêmicos do Brasil – Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva – que oferece às IES uma plataforma prática inovadora para acesso digital a um conteúdo técnico científico de qualidade. A Biblioteca Virtual Universitária – Pearson, é uma plataforma intuitiva e ágil, os usuários da BVU acessam títulos de mais de 20 editoras parceiras.

4.2 Polos de apoio presencial

Os polos de apoio presencial do UNIFAPI são espaços físicos nos quais acontecem os encontros presenciais, as orientações de estudos e as atividades. Esses locais fornecem a estrutura material e contam com equipes qualificadas para atender o estudante.

A infraestrutura de apoio necessária para o atendimento do estudante nos polos de apoio presencial é composta por equipe administrativa (monitor de informática, secretaria, manutenção e zeladoria) e uma equipe administrativa-pedagógica (coordenador de polo e tutor presencial na área específica dos cursos). O espaço dos polos de apoio presencial atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, segurança, conservação e comodidade necessárias nas instalações administrativas, salas de aula, salas de coordenação, tutoria, instalações sanitárias, área de convivência, sala de estudo, laboratório de informática e biblioteca.

Os espaços devem estar devidamente identificados e em conformidade com o Decreto nº 5.296/2004, que trata da acessibilidade. O polo apresenta equipamentos de suporte local que incluem:

- Projetor multimídia *datashow*, com a resolução adequada;
- Acesso à internet;
- Instalação elétrica apropriada e suficiente para as necessidades dos equipamentos de suporte instalados com proteção; e
- Microcomputadores com sistemas operacionais e aplicativos devidamente licenciados.

No caso de utilização de satélite, o conjunto de recepção é composto por:

- Antena parabólica VSAT;
- Servidores adequados e compatíveis com ambiente operacional institucional;
- Transmissor tipo Rádio Anubis Banda KU; e
- Amplificador de sinal.

No caso de não utilização de satélite, a comunicação é feita por meio de internet banda larga provida pelo polo de apoio presencial para os respectivos equipamentos de suporte.

O UNIFAPI utiliza o sistema educacional Lyceum, integrando de Gestão Acadêmica, Financeira e de Biblioteca. O mesmo é utilizado pelos professores para a mediação didático-pedagógica, permitindo disponibilizar plano de ensino, material de apoio, e-mail, registro de frequência e digitação de notas, em que os alunos visualizam sua trajetória de estudos.

Além disso o UNIFAPI utiliza a plataforma Moodle, sistemas de gestão de aprendizagem, para as atividades da modalidade a distância e das disciplinas

semipresenciais dos cursos reconhecidos da instituição. Estas plataformas permitem ao professor e aluno acessar:

- I. Material para atividades didático-pedagógicas – cadernos pedagógicos;
- II. Resolução de atividades avaliativas como, e-mail, fórum, dentre outras; e
- III. Relatórios e gráficos de cada disciplina, dentre outras.

Dessa forma, o UNIFAPI estimula o uso entre os docentes, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais.

As aulas com multimídia possibilitam aos docentes a utilização de imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas etc. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som etc. A integração de dados, imagens e sons, a universalização, o rápido acesso à informação e a possibilidade de comunicação autêntica, reduzem as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pelo UNIFAPI são utilizados (as):

- Internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Google Acadêmico, Yahoo, Bases de Dados online, demais banco de dados etc.) para elaborar e apresentar um produto, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;

- Pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados. Esses pacotes de ferramentas são utilizados pelos docentes para preparar aulas e elaborar provas; e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, numa extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides etc.;
- Jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para investigações científicas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses; e
- Demais ferramentas, de acordo com o previsto nos Projetos Pedagógicos de Cursos.

O UNIFAPI incentiva a participação do corpo docente em eventos que abordem temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem para que disseminem este tipo conhecimento, promovendo as inovações no âmbito dos cursos.

A acessibilidade metodológica nas salas de aula é garantida pela IES e pelo corpo docente, por meio da promoção de processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

O UNIFAPI incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Para tanto, a aquisição de microcomputadores, softwares específicos, laboratórios móveis de informática, ampliação da rede wi-fi, plataforma de aprendizagem, tablets e demais equipamentos informatizados incorporam novas tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem.

Atendendo ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência física às dependências da instituição, o UNIFAPI determinou políticas que reconhecem as necessidades diversas dos estudantes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

4.3 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's)

Toda a infraestrutura tecnológica desenvolvida está consolidada em conceitos de comunicação baseada em bancos de conteúdos distribuídos por dispositivos multimídia conectados ou não. A fundamentação está nos conceitos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em que todos os recursos tecnológicos estão organizados em estruturas computacionais gerenciadas por bancos de dados, assegurando que os conteúdos programáticos dos cursos sejam distribuídos de forma sistêmica e controlada.

Com base nisso, é necessária a organização desses conteúdos, informações e dados dentro de uma base informatizada que garanta a produção e distribuição do conhecimento em um ambiente monitorado e acompanhado por professores e tutores de forma interativa. Tradicionalmente, o banco de dados era o repositório de informações, tendo atualmente evoluído para o controle das mídias textuais e audiovisuais, transformando-se de fato em um banco de conteúdos multimídias.

As modernas técnicas de BI asseguram que esse sistema de base de conteúdos possa ser acompanhado, medido e controlado, possibilitando à instituição o monitoramento dos processos de interatividade e dialogicidade do corpo docente e discente no interior do modelo pedagógico proposto para o formato SEPI.

Para sustentar essa proposta, o UNIFAPI mantém uma estrutura de servidores e uma equipe de desenvolvedores que avalia as ferramentas existentes no mercado, utilizando as que melhor se adaptam ao projeto pedagógico da instituição,

desenvolvendo novas ferramentas e aplicativos que integrem todos os softwares próprios e de terceiros.

Como ambiente virtual de aprendizagem, utilizamos o conteúdo on-line – COL, uma ferramenta própria que gerencia informações textuais e produtos multimídia que, associados a exercícios, ajudam na aquisição do conhecimento proposto. Para controlar toda entrega de trabalhos, atividades complementares, documentos, relatórios de estágio e trabalhos de curso, disponibilizamos o Atol (atividades on-line) que armazena nos bancos de dados todo o gerenciamento dos locais onde estão guardados os trabalhos realizados. O Moodle é utilizado como plataforma de distribuição de conteúdo em diferentes suportes, tais como: textos, teleaulas, vídeos (entre os principais), integrando recursos de interação entre professores, tutores e estudantes.

Para o controle da produção gráfica dos materiais impressos, a instituição utiliza o Metrics. O BIE é uma ferramenta própria que, por meio de ferramentas de BI, relaciona todas as bases de dados de todas as etapas de produção, distribuição e controle dos conteúdos em um único ambiente. Para o controle acadêmico, o UNIFAPI utiliza o Lyceum.

Para distribuição dos conteúdos, o UNIFAPI conta com sólida estrutura de Telecom baseada no tripé acessibilidade, segurança e redundância, requisitos primordiais para que os estudantes recebam os conteúdos com acesso adequado ao AVA.

O UNIFAPI possui um completo conjunto de tecnologias. Os professores têm acesso aos equipamentos de informática disponíveis no UNIFAPI para preparar materiais necessários para melhor desempenho de suas atividades acadêmicas; para os alunos o acesso aos equipamentos de informática é permitido na biblioteca e nos laboratórios de informática. Todos os equipamentos de informática do UNIFAPI estão interligados em rede e possuem acesso à Internet.

Para atender a demanda de toda estrutura de rede foram adquiridos os melhores switches e roteadores do mercado. A atualização dos servidores e laboratórios obedece ao processo contínuos de melhorias e adequações conforme a demanda. Para a atualização dos equipamentos a IES prevê em seu orçamento anual

um investimento de 2,5% do montante arrecadado com as anuidades, podendo este valor ser maior, desde que justificado. A atualização dos softwares ocorre de maneira automática visto que as licenças são renovadas automaticamente a cada ano como, por exemplo, softwares da Microsoft, Virtual Vision dentre outros. A estrutura conta com:

- Satélites com cobertura nacional – Panasat em operação conjunta com o Multicast Hughes;
- Internet, com *link* de alto desempenho de acesso ao *backbone* nacional e internacional;
- Redundância em cinco *data centers*: dois locais e três externos de grande porte (o TIC da Telefônica, o da Embratel e o do TerreMark) – todos ligados via conexão óptica.

Essa composição de recursos tecnológicos viabiliza aos estudantes de todo o Brasil o acesso continuado a todo o conteúdo educacional previsto no projeto pedagógico do curso de Recursos Humanos do UNIFAPI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Pedagógico do Curso de Gestão de Recursos Humanos, conforme foi exposto nesse documento, observa diretriz e parâmetros estabelecidos pelo MEC e seus documentos legais, bem como o Estatuto e Regimento Interno do Centro Universitário.

A concepção pedagógica e institucional do curso, seus objetivos e estratégias, resultaram de construção dos órgãos colegiados, especialmente do Núcleo Docente Estruturante, ao qual cabe nortear o fazer pedagógico, atualizando as práticas, quando necessário, de modo a preservar o nível de excelência educacional.

Este projeto registra, portanto, o propósito do Centro Universitário em formar o gestor de Recursos Humanos como um profissional com a capacidade de atuar de maneira consciente e responsável nas condições sociais do cotidiano e no desempenho da sua função de forma reflexiva/crítica e generalista respeitando o Projeto Ético- Político da categoria profissional e compreender a realidade dos usuários mandatários dos serviços frente a questão social numa proposta de transformação da sociedade.

Nesse projeto expressam-se os compromissos por uma busca de melhores ofertas desse curso de graduação universitária, e uma possibilidade de preparação de profissionais mais comprometidos com aspectos epistemológicos, didáticos, éticos e culturais. Faz-se necessário, então, reestabelecer a confiança em um núcleo docente, partindo das proposições conceituais e metodológicas presentes no Projeto Pedagógico, isto é: reflexão, crítica, autonomia e comprometimento docente.

Para corresponder a esse propósito, o Curso de Gestão de Recursos Humanos, por meio de seus órgãos colegiados, estará atento às mudanças que se observam nas áreas de conhecimento que o integram, buscando atualização, mas também cuidando para garantir coerência entre o ensino, pesquisa e extensão na realidade política, econômica, social e cultural que constitui contexto do curso.

O Projeto Pedagógico do Curso de Gestão de Recursos Humanos, conforme foi exposto neste documento, observa diretriz e parâmetros estabelecidos pelo MEC e seus documentos legais, bem como o Estatuto e Regimento Interno do UNIFAPI.

6 REFERÊNCIAS

ABMES, 2019. **Educação superior no Brasil: Contextos e Perspectivas**. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/pesquisas/Censo2018.pdf>. Acesso em 24 de março de 2021.

ANTUNES, M.T.P. **Capital Intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.

BARRETO, Lina Sandra. **Educação a distância: Perspectiva Histórica**. 2007. Disponível em:

<http://www.abmes.org.br/public/arquivos/publicacoes/Estudos26.pdf#page=7>. Acesso em 5 de junho de 2021.

BEBER, Bernadette. **Reeducar, reinserir e ressocializar por meio da educação a distância**. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm. Acesso em: 28 de maio de 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 21 de julho de 2021.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 21 de julho de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 27 de maio de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 17 de abril de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 3 de março de 2021.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 3 de março de 2021

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 21 de março de 2021.

BRASIL. Decreto nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 15 de abril de 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 10 de maio de 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 20 de maio de 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 20 de maio de 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503. Acesso em: 14 de março de 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições da educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 18 de maio de 2021.

BRASIL. Portaria normativa nº40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16763-port-norm-040-2007-seres&Itemid=30192. Acesso em: 16 de abril de 2021.

BRASIL. Portaria normativa nº 11, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6644

[1-pn-n11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf&category_slug=junho-2017-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em: 18 de maio de 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2021.

BRASIL. Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 de abril de 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 de março de 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 17 de março de 2021.

BRASIL. Resolução CNJ nº 185, de 18 de dezembro de 2013. Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_185_18122013_01042019195928.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2021.

BRASIL. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640393/do1-2018-12-18-resolucao-n-5-de-17-de-dezembro-de-2018-55640113. Acesso em: 23 de maio de 2021.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2021.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012. Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 de maio de 2021.

BRASIL. Parecer CNE/CES n° 757, de 10 de dezembro de 2020. Alteração do artigo 5° da Resolução CNE/CES n° 5, de 17 de dezembro de 2018. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=170191-pces757-20&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 de maio de 2021.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 1992.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1998.

DELORS, Jacques Delors. Os quatro pilares da educação. *In*: DELORS, *Jacques et al.* (Orgs.) **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

DIANA, Juliana Bordinhão; CATAPAN, Araci Hack; SPANHOL, Fernando José. Educação a distância e a escassez no acesso ao ensino superior: o papel do polo de apoio presencial. **EmRede-Revista de Educação a Distância**, v. 4, n. 2, p. 317-327, 2017.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior do Brasil**. São Paulo: SEMESP, 2021.

KENSKI, V.M. **Educação e Tecnologias**: o novo ritmo da informação. Ed. Papirus. 2007.

MARRAS, J.P. **Administração de Recursos Humanos**: do operacional ao estratégico. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAYO, E. **The human problems of na industrial civilization**. Nova York: Routledge, 2011.

VARGAS, M (Org.). **História da Técnica e Tecnologia no Brasil**. São Paulo: UNESP/CEETEPS, 1994.